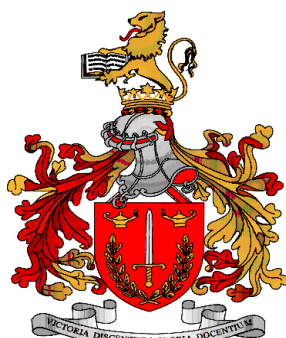


INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



**Hugo Alexandre Pina de Figueiredo**

Aspirante a Oficial de Polícia

**Trabalho de Projeto do Mestrado Integrado em Ciências Policiais**

XXIV Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**A PERCEÇÃO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL  
ACERCA DA ATIVIDADE POLICIAL  
EM GRANDES EVENTOS DE CARIZ POLÍTICO:**

**Os meios radiofónicos**

Orientador:

**Prof.<sup>a</sup> Doutora Lúcia G. Pais**

Lisboa, 26 de Abril de 2012



**A PERCEÇÃO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL  
ACERCA DA ATIVIDADE POLICIAL  
EM GRANDES EVENTOS DE CARIZ POLÍTICO:  
Os meios radiofónicos**

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, elaborada sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Doutora Lúcia G. Pais.

## AGRADECIMENTOS

A dissertação de mestrado é o culminar de cinco anos académicos. Assim, concluído este trabalho cabe-me agradecer a todos os que contribuíram para a sua realização e para a minha formação pessoal e profissional.

Ao meu Orientador Prof.<sup>a</sup> Doutora Lúcia G. Pais e ao co-orientador Mestre Sérgio Felgueiras que proporcionaram a existência desta linha de investigação e consequentemente deste estudo. Agradeço ainda por todo o seu apoio, dedicação e empenho ao longo desta fase.

À Comissária Élia Chambel por toda a disponibilidade, ajuda e amizade neste quinto ano.

À Subcomissária Fátima Rocha por toda a disponibilidade e auxílio neste último ano.

Ao ISCPSI, aos Oficiais, aos Cadetes e a todo o Quadro Orgânico pelos conhecimentos transmitidos, pela amizade, pela ajuda ao longo destes cinco anos.

Ao 24<sup>o</sup> CFOP, pelos belos momentos, pela camaradagem, pelos ensinamentos e, sobretudo pela amizade.

Ao Hugo Pereira pela bela surpresa que foi conhece-lo, pelos bons momentos de convívio, pela sua alegria, amizade e pelos seus ensinamentos que os recordarei para sempre.

Ao João Silva, pela amizade e companheirismo, pelo exemplo de paciência e disponibilidade.

À Andreia pela força, pela motivação, pelo carinho e por me proporcionar os melhores anos da minha vida.

A ti, Mãe, por uma vida de carinho, compreensão e abnegação. Foste, és e serás sempre o motivo pelo qual procuro fazer e ser sempre mais e melhor. Que eu possa vir a ser metade da pessoa que és. Por todas as razões, o meu muito obrigado.

Ao meu Pai, ao meu irmão, pelo incessante carinho, o incansável apoio e permanente dedicação. Também a vós devo o que hoje sou.

A todos os familiares e amigos cujos nomes não são aqui referidos, mas que foram, são e serão sempre um sustentáculo capital para cada passo que dou.

A todos o meu sincero agradecimento.

## RESUMO

A influência dos conteúdos produzidos pelos órgãos de comunicação social sobre o comportamento humano tem gerado intenso debate. Os OCS criam realidades e levam à partilha de códigos e representações sobre temas tidos como socialmente relevantes, podendo interferir na legitimidade percebida do poder instituído ao fazer eco dos significados de ordem e desordem social. Importa, pois, considerar a influência que os OCS exercem na formação da percepção das pessoas relativamente às instituições do sistema social, também elas estratégicas na sociedade, como é o caso da Polícia. Através duma abordagem qualitativa procura-se, analisando o conteúdo de notícias emitidas através dos meios radiofónicos sobre o policiamento de grandes eventos, aceder a uma expressão de como esta realidade se constitui no seio de um discurso específico que é, para muitos, a única maneira de contactarem com estes temas e acontecimentos; e, destacar os esquemas interpretativos que são emitidos para toda a sociedade fornecendo grelhas de compreensibilidade.

**Palavras-chave:** *mass media*; comunicação social; polícia; policiamento; grandes eventos

## ABSTRACT

The influence of the contents produced by the media concerning human behavior, has created intense debate. The media create realities and lead to sharing codes and representation about themes thought to be socially relevant, can interfere in understood authenticity of the established power making echo have social order and disorder's meaning. It is important to consider the influences of the media in shaping the perception of individuals with regard to the social system's institutions, them to strategic in society, as the case of the police. Using a qualitative approach, we try by analyzing the content of news broadcasted by the radio about the involvement of the police in big events, to get to an expression about how this reality develops inside a specific speech which is for many the only way to get in touch with these themes and events and point out the interpretative schemes which are issued to all society giving understandment broiler.

**Keywords:** mass media; media; police; policing; major events

# Índice

Introdução .....	1
I. Enquadramento teórico do problema de investigação .....	3
1. Comunicação de Massas .....	3
1.1. Sociedade de Massas .....	3
1.1.1. Os Órgãos de Comunicação Social .....	6
1.2. Os Efeitos dos <i>Media</i> .....	8
1.2.1. A Teoria Hipodérmica e a Teoria dos efeitos limitados .....	8
1.2.2. A Teoria do <i>Agenda Setting</i> .....	10
1.3. As Teorias da Notícia .....	13
1.3.1. Teoria do Espelho .....	13
1.3.2. Teoria da ação pessoal ou Teoria do <i>gatekeeper</i> .....	15
1.3.3. Teoria Organizacional .....	17
1.4. A informação em Rádio .....	21
1.4.1. O famoso caso de Welles e Wells .....	26
1.4.2. O Radiojornalismo .....	28
1.5. As técnicas de elaboração de uma notícia radiofónica .....	29
1.5.1. A seleção de notícias .....	31
1.5.2. A montagem .....	31
1.5.3. Os estilos de radiojornais .....	32
1.5.4. A relação tempo-espaço .....	33
1.5.5. A escolha do locutor .....	34
1.5.6. A entrevista radiofónica .....	34
2. Segurança e Polícia .....	36
2.1. A Polícia e a Ordem Pública .....	39
2.2. A Polícia e os Órgãos de Comunicação Social .....	40
3. Problema de investigação .....	41
II. Método .....	43
1. Uma abordagem qualitativa .....	43

2. <i>Corpus</i> .....	43
3. Análise de conteúdo .....	44
4. Procedimento .....	46
III. Apresentação e discussão dos resultados.....	48
1. Análise qualitativa e discussão, da atividade dos OCS em grandes eventos de cariz político.....	48
1.1. Distribuição da produção de notícias no ano de 2011 .....	48
1.2 A cobertura mediática .....	49
2. Análise qualitativa e discussão da percepção dos <i>media</i> quanto à atividade policial em grandes eventos de cariz político .....	50
2.2 Quanto aos manifestantes .....	52
2.4 Quanto ao Discurso Direto .....	54
2.5 Quanto às Instâncias .....	55
2.6 Quanto ao Discurso Indireto.....	56
2.7 Quanto ao Enquadramento/Descrição .....	58
2.8 Quanto ao Sistema Explicativo Espontâneo.....	59
IV. Conclusão.....	61
Referências .....	64
Livros .....	64
Artigos científicos.....	69
Sítios da internet.....	69
Anexos.....	71

## Índice de Anexos

Anexo 1.....	80
Anexo 2.....	81
Anexo 3.....	82
Anexo 4.....	83

# Introdução

Este trabalho surge numa linha de investigação que tem como génese a necessidade de colmatar certas lacunas na investigação acerca da atuação policial. É certo que existem inúmeros estudos relativos à influência dos *media* e inúmeros relativos à polícia e a sua atuação. Mas a junção destes dois universos proporciona uma investigação pioneira e deveras importante. Com este estudo propomo-nos, analisando o conteúdo de notícias sobre o policiamento de grandes eventos, aceder a uma expressão que defina a forma como os OCS percecionam a atividade da Polícia de Segurança Pública em grandes eventos de cariz político, e se terão a capacidade de influir na ordem ou desordem social, ainda que de uma forma indireta.

Este trabalho, sendo parte da linha de investigação, tem como objetivo ilustrar a expressão de como a atuação policial em grandes eventos de cariz político se constitui no seio de um discurso particular específico, mais propriamente ao radiojornalismo. É de todo relevante evidenciar a importância dos meios radiofónicos na constituição da realidade social, já que são um meio de comunicação com a especificidade de poder abranger todo o espectro da sociedade.

Deste modo foram constituídos como objetivos do estudo a caracterização e análise do discurso proveniente dos meios radiofónicos acerca da atuação policial em grandes eventos de cariz político; percecionar a existência, ou não do fenómeno de *agenda setting* e se os jornalistas serão de facto os promotores de tal fenómeno; e, por último, perceber os esquemas interpretativos das notícias provenientes da rádio fornecendo grelhas de compreensibilidade das mesmas.

Posto isto, devemos agora fazer referência à maneira como foi estruturado o presente trabalho. A primeira parte do nosso estudo cabe ao enquadramento teórico, no qual abordamos o tema da sociedade de massas seguido dos órgãos de comunicação social. Os efeitos dos *media* aparecem logo no encadeamento com vista a explicar as teorias da comunicação, entenda-se a teoria hipodérmica a teoria dos efeitos limitados e a teoria do *agenda setting*. Seguidamente foi do nosso intento explanar as teorias associadas à produção de notícias, que compreenderam a teoria do espelho, a teoria da ação pessoal ou do *gatekeeper* e, por fim, a teoria organizacional. Como o nosso estudo versa sobre as notícias radiofónicas era necessário abordar a rádio e as suas particularidades na preparação da notícia para ser divulgada e até mesmo durante a emissão. *A posteriori* descrevemos o conceito de

segurança e polícia, seguido de uma descrição da polícia na ordem pública e, para finalizar o capítulo, uma referência à relação entre a polícia e os OCS.

O II capítulo está reservado ao método utilizado no estudo. Utilizamos uma abordagem qualitativa, sendo aquela que melhor serve os nossos intentos. Quanto ao instrumento utilizado o que melhor se afigurou foi a análise de conteúdo de fontes documentais, tendo em conta o *corpus* do nosso estudo, definido pelas notícias emanadas pelos meios radiofónicos, mais especificamente pela Rádio Renascença, a TSF e a Antena1 relativas à atuação policial em grandes eventos políticos.

O instrumento de análise constituiu-se basicamente em grelhas de análise do conteúdo noticioso nas quais foram agrupadas todas as informações em categorias, que por sua vez adquiriam um contexto mais específico aquando da divisão em subcategorias, tendo sempre respeitado as regras inerentes à codificação. Posteriormente procedemos à contabilização de todas unidades de registo, com o objetivo de inferir quanto aos temas mais e menos prevalentes no conteúdo das notícias emitidas pela rádio. Como modo de finalização do segundo capítulo enunciamos todo o procedimento na elaboração deste estudo.

Seguidamente, o III capítulo é o local onde é feita a apresentação e discussão dos resultados obtidos. Por último surge o IV capítulo onde efetuamos as conclusões e damos ênfase a algumas reflexões finais.

# I. Enquadramento teórico do problema de investigação

## 1. Comunicação de Massas

### 1.1. Sociedade de Massas

Falar no conceito de massa passa por referir as transformações de uma sociedade no século XIX, acompanhando o evoluir da própria indústria e modernização de máquinas, estruturas e a própria ciência.

O conceito de sociedade de massas não só tem origens remotas, na história do pensamento político, como apresenta componentes e correntes bastante diversas (Mannucci, 1967). Segundo Wolf (1987), dado não se poder reconstituir pormenorizadamente a sua génese e a sua evolução, dada a sua extensão, será suficiente que se especifiquem algumas das suas características principais. São muitas as “variantes” detetáveis no conceito de sociedade de massa, muito embora exista uma convergência do sentido que se retira do conceito de massa e que se traduz no facto de o indivíduo abandonar tradições e culturas enraizadas, para adotar uma vivência desprendida desses valores e focada para as relações interpessoais, baseadas em comportamentos generalizados.

Segundo Wolf (1987), para o pensamento político oitocentista de cariz conservador, a sociedade de massa é principalmente o efeito das transformações sociais, isto é, da industrialização progressiva, da revolução dos transportes, da extensão e densificação do comércio, e da difusão de determinados valores como a igualdade e liberdade. Estes processos sociais, afirma Wolf (1987, p.19) “provocam a perda da exclusividade por parte das elites que se veem expostas às massas”. Comte e Spencer (cit. in Breton & Proulx, 1997, p.159) constataram que a “segmentação das relações sociais e o enfraquecimento dos laços tradicionais (de família, comunidade, religião, etc.) provocavam o isolamento e a alienação das massas”. Tendencialmente, as relações interpessoais tornam-se superficiais, despersonalizadas e de cariz prático sem qualquer laço sentimental fortalecedor a ligar os indivíduos, denotando-se um crescimento deste tipo de relações que aumentam em quantidade mas pouco na sua qualidade.

Segundo Breton e Proulx (1997), nesta sociedade cada vez mais industrializada, assiste-se ao despontar dos fermentos da ideologia liberal onde a massa é o símbolo dos novos ideais de democracia, de igualdade, fraternidade e

justiça para todos. Deste modo as primeiras críticas, a esta sociedade de massas, são formuladas por defensores de uma posição pro-aristocrática e anticapitalista. Assim, Nietzsche (2002) defende na sua obra *O Crepúsculo dos Ídolos* uma oposição à nova democracia burguesa industrial, que virá a corroer as bases da ordem social cimentadas, até então, na tradição e nos privilégios hereditários. Nesta época tudo fervilha de ideais, ideologias e opiniões, é a altura das grandes revoluções, seja a nível de indústria, a nível político, a nível científico, a nível de pensamento e até das próprias sociedades, onde nestas últimas se verifica uma mutação nas suas crenças, maneira de pensar e até de agir o que, de certa forma, também se irá refletir no próprio comportamento do indivíduo como elemento pertencente a uma comunidade.

Ortega Y Gasset (1961) está estreitamente ligado, através das suas críticas, à opinião citada anteriormente. Segundo este ensaísta, o efeito dos três princípios combinados (a democracia liberal, a ciência moderna e a industrialização) será a implantação de condições de existência, radicalmente novas ao Homem do século XX. Este, por sua vez, viveria (segundo estas novas condições) com a impressão de que tudo lhe era permitido e que não existiria qualquer obrigação moral. O ensaísta via surgir uma forma de egoísmo «homem-massa», que já só se preocupava com o seu próprio bem-estar. O mesmo autor defende ainda que “a massa subverte tudo o que é diferente, singular, individual, tudo o que é classificado e selecionado” (Ortega Y Gasset, 1961,p.51).

Embora a ascensão das massas indique que a vida média se processa a um nível superior aos precedentes, as massas revelam todavia “um estado de espírito absurdo: preocupam-se apenas com o seu bem-estar e, ao mesmo tempo, não se sentem solidárias com as causas desse bem-estar” (Ortega Y Gasset, 1961, p.51), demonstrando uma ingratidão total com tudo o que lhes facilita a existência. Assiste-se, deste modo, a um esconjuramento do declínio de tudo o que é tradicional e dos seus valores e princípios elitistas, perante a figura niveladora da sociedade de massa.

Uma outra ótica de análise relativamente a este assunto a que Wolf (1987) faz menção, diz respeito à dinâmica que se instaura entre o indivíduo e a massa e o nível de homogeneidade em redor do qual se congrega a própria massa. Neste sentido, Simmel (cit. in Wolf, 1987, p.20) afirma que “a massa é uma formação nova que não se baseia na personalidade dos seus membros mas apenas naquelas partes que põem um membro em comum com os outros todos e que equivalem às formas mais primitivas e ínfimas da evolução orgânica. Daí que sejam banidos deste nível todos os comportamentos que pressupõem a afinidade e a reciprocidade de muitas opiniões diferentes. As ações da massa apontam diretamente para o objetivo e procuram atingi-lo pelo caminho mais curto, o que faz com que exista sempre uma única ideia

dominante, a mais simples possível. Acontece frequentemente que, nas suas consciências, os elementos de uma grande massa possuam, em comum com os outros, um vasto leque de ideias. Além disso, dada a complexidade da realidade contemporânea, toda e qualquer ideia simples deve também ser a mais radical e a mais exclusiva”.

Estamos, pois, perante a perda da liberdade individual perante a tirania da maioria, como condição indispensável para pensar e agir por si só, o que conduz a um certo conformismo social.

Blumer (cit. in Wolf, 1987) refere que, para além das oposições políticas filosóficas e ideológicas existentes na análise da sociedade de massa, há certos traços comuns que caracterizam a estrutura da massa e o seu comportamento. A massa é constituída por um conjunto homogéneo de indivíduos que, enquanto seus membros, são essencialmente iguais, indiferenciáveis, mesmo que provenham de ambientes diferentes, heterogéneos, e de todos os grupos sociais. Além disso, a massa é composta por pessoas que não se conhecem, que estão separadas umas das outras no espaço e que têm poucas ou nenhuma possibilidade de exercer uma ação ou uma influência recíprocas. Por fim, a massa não possui tradições, regras de comportamento ou qualquer estrutura organizativa. Deste modo, numa sociedade de massas, o isolamento do indivíduo e a despersonalização predominam, numa estrutura na qual o controlo social é muito fraco (anomia). A própria evolução da sociedade, a industrialização das cidades, o êxodo populacional em direção às grandes metrópoles contribuiu grandemente para este paradigma social, pois o indivíduo, abdicou, ou viu-se forçado a abdicar, dos seus ideais pessoais, princípios, valores e tradições em busca de uma vida que ele idealizava como sua: melhor qualidade de vida, bens materiais, mas dos quais não chega a beneficiar, pois a sua vida, no fundo, é dedicada a trabalhar para (sobre)viver e a viver para trabalhar. Então, o indivíduo passa a ser igual a tantos outros, o chamado homem-massa, um ser vazio, desprovido de genuinidade, desprovido de critérios próprios e particularidades comportamentais, características que, outrora, o diferenciavam do outro, conduzindo-o, desta forma, a um conformismo social, partilhado por outros indivíduos que assim estabelecem relações entre si, sem qualquer vinculação entre si ou ordem social, como já referimos anteriormente.

Ao falarmos em sociedade de massa devemos também referir-nos à comunicação de massa que é um resultado da industrialização e expansão da cultura, bem como um fenómeno decorrente da sociedade de massa. Da mesma forma que a sociedade de massa se traduz num abandono de ideias individuais, de pensamento genuíno diferente de indivíduo para indivíduo, também a comunicação de massa é

produzida tendo em vista um público homogêneo e vasto, que se consiga abranger a partir de um só emissor.

A evolução da transmissão da informação ao público, primeiro através do jornal, depois através da rádio, do cinema, da televisão e da internet revolucionou a própria indústria da comunicação, assistindo-se a uma produção a larga escala de forma a se conseguir chegar ao maior número de pessoas possível, mesmo que geograficamente dispersas, e a se conseguir que a mensagem transmitida seja rapidamente absorvida. A rapidez com que a mensagem é absorvida, bem como a sua divulgação a um vasto público, a própria indústria cultural revolucionada pela própria evolução da sociedade, conduz a alterações comportamentais dos indivíduos, como já referimos anteriormente, espelhando-se num conformismo social. Tendo em consideração este aspeto podemos evidenciar que a comunicação de massa é, inegavelmente, um fenómeno decorrente da sociedade de massa e para chegar ao seu vasto público utiliza os meios apropriados e mais comuns para atingir esse objetivo: os órgãos de comunicação social.

### **1.1.1. Os Órgãos de Comunicação Social**

A vida em sociedade só se torna possível devido à existência de códigos de normas e regras impostos para que, desta forma, a vida em comunidade seja pacífica e harmoniosa. Através das relações que estabelece com os seus semelhantes, o indivíduo interioriza e cria normas que regem a vida em sociedade, tornando-a possível. Na esteira de Ferreira de Oliveira, “todas as sociedades desde as épocas mais remotas professam um conjunto de regras necessárias à vida em sociedade, sem as quais seria a anarquia e o completo atropelo às mais elementares regras de convivência entre os Homens” (Oliveira, 2000, p.5). Torna-se, portanto, necessária a existência de uma ordem social para que essa vivência em comunidade se torne possível. Essa ordem social advém das normas que são impostas, mas também de todo um conjunto de fatores que contribuem para a salubridade e tranquilidade públicas, passando também pela influência exercida pelos órgãos de comunicação social. Ao contrário do que se possa pensar, os órgãos de comunicação social exercem um certo poder na sociedade pois são um instrumento de influência a nível de tratamento de informação, transmissão da realidade através de som, imagem e escrita, ditando comportamentos, ideologias, ainda que de uma forma indireta, exercendo um certo controlo social, não é um controlo jurídico, nem positivado, como

o que é exercido pelo Direito, mas esse controlo social é visível e percecionado através da opinião pública.

Neste sentido, Rodrigues (s.d.,p.5), define os *media* como os “«utensílios» que por um lado, exteriorizam, prolongam, atualizam os órgãos dos sentidos e, por outro lado, os adaptam às exigências, tanto biológicas e físicas como económicas, sociais, políticas, culturais do meio em que nascemos, crescemos e agimos”. Os *media* assim definidos, segundo o mesmo autor, compreendem dois campos: o tecnológico e o simbólico. O campo tecnológico, abarca os instrumentos destinados a vencer os obstáculos que os fatores espaço e tempo põem à produção e à reprodução da cultura. O campo simbólico, diz respeito aos meios destinados à expressão dos pensamentos, ideais e sentimentos.

Desta forma, “a linguagem é o modo de expressão por excelência do Homem e nela realizam-se os símbolos que dão coerência à experiência do mundo dentro de uma determinada área cultural” (Rodrigues, s.d., p.6). Esta transmite, ao longo do tempo, as aquisições culturais; exprime e suscita novas aquisições. São os dois aspetos inseparáveis de todo o campo simbólico: o tradicional e o progressivo (Rodrigues, s.d.).

A história da comunicação humana poder-se-á, muitas vezes, equiparar ou até mesmo confundir com a história do esforço humano para vencer a dupla barreira do espaço e tempo à difusão de mensagens, à reprodução e à produção dos *media*, à criação, e à transmissão da própria cultura a cada uma das civilizações (Breton & Proulx, 1997).

Do porta-voz ao telefone, passando pelo telégrafo à radiodifusão, à televisão e à internet, um longo caminho foi percorrido no sentido de ultrapassar os obstáculos das distâncias e da celeridade na veiculação da mensagem. A escrita, o registo da voz, do som e da imagem permitem hoje conservar indefinidamente as mensagens produzidas num esforço por vencer o esvaecimento da memória ao longo das gerações, preservando assim “as aquisições culturais, os símbolos e as técnicas ao abrigo da corrosão dos séculos” (Rodrigues, s.d., p.6).

Os *media* são “extensões dos órgãos sensoriais do homem”, (Rodrigues, s.d., p.6) criados pelas diferentes civilizações ao longo da História, “para simultaneamente os atualizar e os prolongar, produzindo o mundo «à sua imagem e semelhança»” (Rodrigues, s.d., p.6).

Segundo Breton e Proulx (1997), existiram três grandes fases que permitiram apreciar as viragens mais marcantes no desenvolvimentos dos *media*: em primeiro lugar a invenção do alfabeto. Esta invenção permitiu reproduzir através da mão a linguagem, a qual já existia há muito tempo entre os povos, e permitiu torná-la um

sistema unívoco, linear e perceptível. Posteriormente, surgiu a mecanização da escrita. Esta homogeneização da palavra escrita, permitiu a sua difusão em grande escala. É do conhecimento geral que a palavra escrita trouxe ao Homem a capacidade de poder deixar a sua marca, o seu cunho através dos tempos, como uma herança, um legado que se deixa para as gerações vindouras. Foi, assim, possível que, por exemplo, textos dos tempos de Alexandria pudessem chegar aos nossos dias, que pudéssemos testemunhar a existência dos textos bíblicos e das invenções de Leonardo Da Vinci. Atualmente, através da evolução dos meios informáticos, elétricos e eletrônicos existe a capacidade de preservar esses textos, seja através da sua duplicação e digitalização, seja pela sua preservação em espaços criados propositadamente para a conservação dessas obras, o que lhes confere um valor raro e a sua longevidade indefinidamente.

Em terceiro lugar, surge a industrialização dos *media* que não só alargou consideravelmente as possibilidades de difusão para além das fronteiras das comunidades locais, como associou à comunicação da palavra escrita a difusão da palavra oral e da linguagem audiovisual. Os satélites de telecomunicações contribuíram em muito, para a nova era da comunicação social à escala mundial, vivida na sociedade contemporânea, catapultando a sociedade global para uma dimensão que até há algumas décadas atrás seria impossível chegar. Uma sociedade global onde se pode ter acesso através da internet e da televisão à informação em direto, podendo captar o que se passa no outro hemisfério do globo em tempo real.

## **1.2. Os Efeitos dos *Media***

Atualmente seria impensável viver sem acesso à comunicação social e à informação transmitida pelos órgãos de comunicação social, estando cientes da sua importância na sociedade e na vida de cada indivíduo. A questão do poder exercido pelos *media* e a sua influência na sociedade surgiu em meados do século XX, trazendo a lume alguma discussão e celeuma sobre o assunto. Numa tentativa de descobrir qual a verdadeira influência ou qual o efeito exercido pelos *media* na sociedade surgiram algumas teorias, as quais serão abordadas no presente estudo.

### **1.2.1. A Teoria Hipodérmica e a Teoria dos efeitos limitados**

Embora o estudo da problemática dos efeitos dos *media* tenha gerado pouco entusiasmo para uma parte significativa dos “comunicólogos”<sup>1</sup> europeus, com os norte americanos não funcionou assim. Estes procuraram compreender os efeitos da propaganda durante e depois da I Guerra Mundial, impulsionados pelo aparecimento de novos meios de comunicação capazes de atingir um número impressionante de pessoas (Traquina, 2000).

Surge, deste modo o primeiro paradigma dos estudos dos efeitos dos *media*, a teoria hipodérmica. Segundo Traquina (2000), esta teoria defendia que as mensagens do meio de comunicação de massas tinham um impacto direto nas pessoas, produzindo comportamentos bastante previsíveis. Esses efeitos abarcariam todas as pessoas independentemente dos seus atributos sociais ou psicológicos além de que todos os indivíduos eram considerados como membros idênticos de uma audiência de massas que respondia de igual forma a todos os estímulos mediáticos. Esta visão dos meios de comunicação de massas como onnipotentes e todo-poderosos “assentava também na conceptualização de uma «sociedade de massas», caracterizada pelo enfraquecimento dos laços tradicionais, e pelo crescente isolamento do indivíduo” (Traquina, 2000, p.15).

Segundo Mills (cit. in Wolf, 1987, p.22), na teoria hipodérmica “cada indivíduo é um átomo isolado que reage isoladamente às ordens e às sugestões dos meios de comunicação de massa monopolizados”. Ou seja, as pessoas eram comparadas a átomos, completamente vulneráveis às mensagens transmitidas pelos órgãos de comunicação social e facilmente manipuladas.

Posteriormente, a utilização de novos métodos de recolha e de análise começaram a produzir conclusões que não iam ao encontro da teoria hipodérmica.

Utilizando inquéritos em estudos de campo, Lazarsfeld Berelson e Gaudet (1944) apontavam para um impacto limitado dos *media* na campanha presidencial norte-americana de 1940 (Traquina, 2000). Os investigadores evidenciaram que a propaganda eleitoral teve pouca influência na mudança de orientação do voto dos eleitores. Deste modo, o papel dos *media* consistiria, segundo Lazarsfeld et al. (1944), sobretudo, em cristalizar e reforçar as opiniões existentes e não em alterá-las. “Para explicar estas conclusões Lazarsfeld et al. ofereciam duas explicações: primeiro, se a mensagem mediática entra em conflito com as normas do grupo, a mensagem será rejeitada; segundo, as pessoas consomem as mensagens mediáticas de forma seletiva” (Traquina, 2000, p.16).

---

<sup>1</sup> Expressão de Maciel (2004).

Reforçada pela teoria da dissonância cognitiva de Festinger (1957) e pelo modelo da comunicação a dois níveis “*two-step flow*”, avançado como resultado principal das investigações de Katz e Lazarsfeld (1955), a teoria dos efeitos limitados dos *media* tornou-se o paradigma dominante nos princípios dos anos 1960.

Resumindo duas décadas de investigações empíricas, Klapper (1960) registou duas conclusões principais: os *media*, regra geral, não servem como causa necessária e suficiente de efeitos na audiência, mas influenciam-na através de um conjunto de fatores e influências de mediação; estes fatores de mediação fazem da comunicação de massas um agente contributivo, mas esta não é a única causa num processo de reforço das condições existentes.

### **1.2.2. A Teoria do Agenda Setting**

É comum na atualidade sublinhar-se o poder dos *media* como prepotente, perverso e até mesmo perigoso para o cidadão e para a própria sociedade democrática.

É necessário afirmar que a lógica destas críticas precisa de ser inserida numa estratégia empreendida por alguns profissionais do campo político, cujo objetivo é visar uma comunidade de mensageiros mediáticos, com o intuito de reduzir o seu espaço de autonomia (Traquina, 2000).

Traquina (2000,p.13),“quando o conceito de agendamento foi exposto pela primeira vez num artigo numa revista académica norte americana, o paradigma então vigente na *mass communication research* apontava claramente para uma ideia acerca do poder dos *media*, mais tranquilizadora para a sociedade em geral: a de que este poder era reduzido e os seus efeitos limitados”.

No entanto, os trabalhos desenvolvidos na *mass communication research* (investigação da comunicação de massas), de franca inspiração positivista, estavam cientificamente prejudicados devido ao comprometimento “administrativo” das pesquisas com as agências de publicidade e o governo norte-americano, que os financiavam (Traquina, 2000; Wolf, 1987). O regresso ao estudo da problemática dos efeitos dos *media* surge, além do constatado no parágrafo anterior, segundo Rogers e Dearing (in Traquina, 2000) devido à emergência de uma nova geração de investigadores, formada nos programas de doutoramento em comunicação, além de que como afirma Traquina (2000, p.16) “alguns membros da nova geração tinham experiência prática nos *media*, e uma experiência que apontava para a existência de «efeitos mediáticos»”, razão que os faria sentir insatisfeitos com a teoria dos efeitos

limitados. McCombs (1981, p.210) reconhece esta motivação quando escreve que a exploração empírica inicial do agendamento surgiu num “momento da história da investigação da comunicação de massas em que o desencanto, tanto em relação às atitudes e opiniões, enquanto variáveis dependentes, como em relação ao modelo dos efeitos limitados, enquanto orientação adequada a conduzir os investigadores para outras direções”.

Surge, então, através da persistência da hegemonia da Escola Sociológica Funcionalista, mesmo partindo da ressalva de que os *media* não teriam nenhuma capacidade de influir sobre as opiniões do público, a ideia de que a teoria do *agenda setting*, que surgiu nos anos 1970, refere a capacidade dos *media* em captar a atenção do público para certos assuntos e acontecimentos concretos sem, no entanto, efetuar uma imposição direta sobre o público para esses temas, que consideravam como relevantes na análise da realidade.

O trabalho de Cohen (cit. in Traquina, 2000, p.17) constata que os *media* podem “na maior parte das vezes, não conseguir dizer às pessoas como pensar, mas têm, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios recetores sobre o que pensar. O mundo parece diferente a pessoas diferentes, dependendo do mapa que lhes é desenhado”.

Esta ideia foi apoiada pelo estudo de McCombs e Shaw (1972) que visava examinar o papel dos *media* na formação e mudança de cognições, fornecendo, além de dados empíricos, uma designação precisa, o agendamento. É então neste momento que o *agenda setting* (agendamento) vem revolucionar o paradigma atual.

A teoria do agendamento apresenta três componentes básicas, segundo Rogers, Dearing e Bregman (1993) os estudos da agenda mediática, definidos como os estudos do conteúdo dos *media*; os estudos da agenda pública, definidos como os estudos que conceptualizam a relativa importância dos diversos acontecimentos e assuntos por parte de membros do público e os estudos sobre a agenda da política governamental, definidos como o estudo da agenda das entidades governamentais (Traquina, 2000).

Correspondendo a cada uma dessas agendas, Molotch e Lester (cit. in Traquina 1999, p.38) classificam três tipos de atores ou agências principais que exercem influência sobre a definição da agenda jornalística: os promotores da notícia (*news promoters*), definidos como aqueles indivíduos e os seus associados que identificam (e tornam assim observável) uma ocorrência como especial; os jornalistas, editores, redatores e todos os profissionais do campo jornalístico, os *news assemblers*, definidos como os profissionais que “transformam um perceptível conjunto finito de ocorrências promovidas em acontecimentos públicos através de publicação

ou radiodifusão” e, por último, os *news consumers*, cidadãos que assistem aos produtos jornalísticos, e criam, desse modo, nos seus espíritos, uma sensação do tempo público.

O processo de elaboração de uma notícia tem origem no promotor. Na montagem do produto jornalístico, os profissionais dos *media* exercem livremente o reconhecimento da relevância dos acontecimentos, de acordo com os critérios profissionais deontológicos.

O público consumidor de tais produtos jornalísticos compõe, em última instância, as galerias da esfera pública geral e abstrata articulada pelos *media*, que aqui funcionam como sinónimo de agenda pública. No entanto, a soberania ideal do público limita, mas não elimina, a capacidade das empresas de comunicação de massas de influenciar a sociedade, pois “o resíduo de biografia, materiais anteriores disponibilizados pelos *media* e o presente contexto, tudo isso molda o trabalho do consumidor de construção de acontecimentos” (Traquina, 1999, p.42). Portanto, a assimetria de poder entra a agência governamental dos promotores da notícia, a agência jornalística dos profissionais dos *media* e a agência pública dos simples consumidores ilustra também os três tipos de acesso de que dispõem para tentar fazer coincidir as suas necessidades de acontecimentos com a efetiva produção do discurso jornalístico e que a seguir se descrevem:

O acesso habitual ou privilegiado, tipo de acesso contínuo usualmente mantido pelos promotores de notícias que compõem a agenda política governamental (fontes oficiais) e estão no centro da estrutura de poder (Traquina, 1999).

O acesso disruptivo é o recurso daqueles que necessitam de um acesso habitual à agenda mediática mas, para isso, precisam lançar mão da disrupção, ou seja, necessitam penetrar nas formas habituais de produção de notícias, quebrando a rotina. Saliente-se que os sectores que precisam recorrer ao acesso disruptivo aos *media* são os sectores dos excluídos, os quais enfrentam muita dificuldade devido a um aspeto fundamental da atividade dos promotores da notícia, que são em geral os proeminentes representantes da estrutura do poder do Estado e das grandes corporações do mercado: eles têm “interesse na promoção de certas ocorrências para a utilidade pública, assim como interesses na prevenção de certas ocorrências de se tornarem acontecimentos públicos” (Traquina, 1999, p.39).

No acesso direto, exercido pelos jornalistas, estes *news assemblers* passam a tomar diretamente a iniciativa pela promoção da notícia, trazendo à luz do dia acontecimentos que, na maioria das vezes, a estrutura de poder gostaria de preservar longe do conhecimento público e provocando as fontes oficiais perante o tribunal da opinião pública para se explicar (Traquina, 1999).

Para a sociologia do jornalismo torna-se desafiadora a relevância das influências mútuas, “mas certamente desiguais” (Traquina, 2002,p.25), que se verificam entre as três agendas, suscitando uma discussão de extrema importância sobre quem realmente determina a agenda jornalística.

Para Molotch e Lester e também Stuart Hall (cit. in Traquina, 1999, p.230) os jornalistas não são os definidores primários dos acontecimentos noticiosos, pois representam um papel secundário colocando-se numa “posição de subordinação estruturada aos *primary definers*”.

É necessário, na questão da identificação dos atores com maior capacidade de definição da agenda jornalística, ter-se em consideração não só que o campo dos *media* é o local de geração do poder comunicativo mas também, as pressões e injunções exercidas nesse processo pelos controladores do capital investido nas empresas da área, pelos representantes da estrutura do poder do Estado, das organizações do mercado e pela própria sociedade através do público consumidor dos produtos mediáticos.

### **1.3. As Teorias da Notícia**

As teorias da notícia devem conter em si a capacidade de responder a algumas questões relativamente às notícias com que o indivíduo se depara no seu quotidiano. Essas questões devem abranger pontos fundamentais como por exemplo, porque é que as notícias são divulgadas desta ou daquela forma, porque é que são como são, porque é que temos as notícias que temos, como é que a notícia é absorvida pelo público, como é que a notícia circula e quais os efeitos que provoca. No fundo, estas particularidades marcam a diferença entre uma ou outra notícia e o impacto que provocam no público.

Através da análise de algumas teorias de notícias pretendemos expor que a resposta às questões acima mencionadas, e que são as mais comuns na área jornalística, irá ajudar a delimitar a produção da notícia, a sua circulação e abrangência pelo público, no fundo, os efeitos que causa.

#### **1.3.1. Teoria do Espelho**

A teoria do espelho é oferecida pela própria ideologia profissional dos jornalistas (código deontológico) com o intuito de explicar o porquê de as notícias serem como são. É segundo Traquina (2002, p.73) a teoria mais antiga que visa dar

uma explicação desta forma muito simples: “as notícias são como são porque a realidade assim as determina”.

Central à teoria situa-se o princípio-chave de que o jornalista desempenha o papel de um comunicador desinteressado, isto é, um agente que não tem interesses concretos a defender. Interesses esses que o poderiam fazer adotar direções diferentes daquelas de informar, de procurar a verdade ao relatar o que aconteceu, da forma mais real possível, doa a quem doer.

Em alguns países mais desenvolvidos os fragmentos da teoria sofreram uma evolução, enquanto os meios de comunicação social cresceram como uma indústria. Esse crescimento gerou um duplo processo: por um lado a comercialização do jornalismo; por outro a profissionalização dos seus agentes. Simultaneamente, o desenvolvimento de estruturas sobre as quais assentam um Estado de direito democrático, fomentou todo um discurso social em que o papel dos *media* e o comprometimento dos seus profissionais apontam claramente para o sentido de definir um *ethos* profissional dos novos responsáveis da comunicação. Um novo paradigma das notícias como informação iria substituir, com ritmo e intensidade, o velho paradigma que caracteriza a função dos *media* como arma política e os seus agentes (profissionais do jornalismo) como militantes partidários. (Siebert, 1956; Traquina, 2002). Com o novo paradigma das notícias como informação, o ofício do jornalista é definido como o observador que relata com honestidade, realismo e equilíbrio os acontecimentos, cauteloso em não dar o seu cunho pessoal. O desenvolvimento desta conceção tem dois momentos históricos cruciais.

O primeiro surge com um novo jornalismo, dito jornalismo de informação – que consubstancia a ideia chave da separação entre os conceitos “factos” e “opiniões”. Como afirma Siebert (1956), as agências noticiosas foram as defensoras mais ardentes desse novo jornalismo. No qual “é suposto a mensagem dita «informativa», que o nosso século tem tendência a valorizar sem a denominação de objetividade, dar a palavra e deixar exprimir a realidade” (Cathelat, 1979,p.30). Como defende Smith (1980), é no século XIX que todo o esforço intelectual desejava imitar essa nova descoberta – a máquina fotográfica – que se assemelhava a ser o tal espelho capaz de reproduzir o mundo real.

O segundo momento histórico acontece aquando do surgimento do conceito de objetividade jornalística<sup>2</sup>, nos anos 1920 e 1930. Schudson (in Traquina, 2000) explica

---

<sup>2</sup> A conceção inicial de objetividade jornalística, parte do princípio de que não há uma distinção entre a realidade e a notícia, ou seja, a notícia seria o reflexo e a imitação da realidade. Nesta afirmação poderemos tirar duas conclusões: existe uma realidade, única, universal e imutável; Não há qualquer mediação ou interferência simbólica, cultural e ideológica entre a realidade e a notícia (Mello, 2007).

que o ideal da objetividade não foi a expressão final de uma convicção nos factos, mas sim a afirmação de um método concebido em função de um mundo no qual os próprios factos não eram merecedores de confiança, muito devido ao surgimento de uma nova profissão (as Relações Públicas), e a tremenda eficácia da propaganda verificada durante a I Grande Guerra. Com a ideologia da objetividade, os jornalistas substituíram uma fé simples nos factos por uma fidelidade às regras.

Neste período histórico, o prestigiado jornalista Walter Lippmann (2008) advogou no seu *magnum opus Opinião pública* que os jornalistas necessitavam de encontrar o antídoto para a subjetividade, baseando-se no método científico e nos procedimentos profissionais. O idealismo jornalístico sustenta uma relação epistemológica com a realidade, No fundo, essa relação sustentada existe como propósito de impedir quaisquer transgressões de uma fronteira muito bem delimitada entre a veracidade e o que é ficção, havendo sanções graves impostas pela comunidade jornalística profissional a qualquer membro que viole essa fronteira. O *ethos* dominante, os valores, as normas e os procedimentos identificados com o profissionalismo, levarão a que dificilmente os membros da dita comunidade aceitem qualquer afronta à teoria do espelho, devido à legitimidade e à credibilidade que é depositada pela sociedade sobre os jornalistas, fruto da crença de que as notícias refletem a realidade e de que os jornalistas (agentes da informação) são imparciais pois respeitam as normas profissionais além de assegurarem o trabalho de recolher a informação e apresentar os factos, adotando uma figura de simples mediadores que apenas «reproduzem» o acontecimento na notícia.

Certamente as notícias são um produto centrado na realidade onde a invenção, o “mundo da ficção” e a mentira são infrações às mais fundamentais regras jornalísticas. Assim a realidade não pode deixar de ser um fator basilar e determinante do conteúdo noticioso. “As notícias são como são porque a realidade assim as determina” (Traquina 2002 p.73). Mas a teoria do espelho, profundamente ligada à legitimidade do campo jornalístico, é um esclarecimento pobre e deficitário, que tem sido posta em causa em inúmeros estudos (alguns dos quais abordaremos a *posteriori*) sobre o jornalismo, muitas vezes sem qualquer intento em contestar a integridade dos profissionais do jornalismo.

### **1.3.2. Teoria da ação pessoal ou Teoria do *gatekeeper***

A primeira teoria que surgiu na literatura académica afeta ao jornalismo foi a teoria da ação pessoal ou a teoria do *gatekeeper*. Esta teoria surgiu na década de

1950 por David Manning White, tendo sido o primeiro a aplicar o conceito, introduzido pelo psicólogo social Kurt Lewin (1947), ao jornalismo, originando, desta forma, uma das tradições mais persistentes e prolíferas na pesquisa sobre as notícias, de acordo com Traquina (2002).

Na teoria do *gatekeeper* o processo de produção da informação é concebido como uma série de escolhas onde a corrente de notícias tem de passar por diversos portões (*gates*). Estes portões são aquilo que podemos designar por áreas de decisão em relação às quais o agente (jornalista) tem de ponderar se vai, ou não, escolher essa notícia. Caso o parecer seja positivo, a notícia acaba por transpor o dito portão, caso contrário, a sua progressão é impossibilitada o que, na prática significa a extinção da notícia, ou seja, não será difundida, pelo menos, nesse órgão de informação (Wolf, 1987).

Em 1950 foi publicado o estudo de White (1950), que se baseava numa investigação sobre a atividade de um profissional do jornalismo respeitante a um jornal norte-americano, profissional esse que se chamava Mr. Gates, que anotou ao longo de uma semana os motivos que o levaram a rejeitar as notícias que não utilizou.

White (1950) chegou à conclusão de que o processo de seleção é pessoal e arbitrário e que as decisões do jornalista são totalmente subjetivas e dependentes de juízos de valor. Conclusão que vai de acordo com a teoria de Schudson (in Traquina, 2000) designada por teoria da ação pessoal, em que as notícias são declaradas como um produto dos indivíduos e das suas intenções.

Defende White (1950, p.387) com base na sua investigação, que “é somente quando analisamos as razões apresentadas por «Mr. Gates» para a rejeição de quase nove décimos das notícias (na sua procura do décimo para o qual tem espaço) que começamos a compreender como a comunicação de «notícias» é extremamente subjetiva e dependente de juízos de valor baseados na experiência, atitudes e expectativas do *gatekeeper*. Neste caso particular, os 56 enunciados apresentados podem ser divididos em duas categorias principais: a rejeição do incidente, devido à sua pouca importância e a seleção a partir dos muitos relatos do mesmo acontecimento”. Acrescenta ainda, White, (1950) que é interessante observar que quanto mais tarde no dia chegaram as notícias, maior era o número de anotações: sem espaço ou serviria.

A teoria do *gatekeeper* analisa a notícia apenas a partir do prisma de quem as produz. Deste modo, é uma teoria que, como afirma Traquina (2002, p.78), “privilegia apenas uma abordagem micro-psicológica, ao nível do indivíduo, ignorando por completo quaisquer fatores macrosociológicos, ou mesmo microsociológicos, como a organização jornalística. Portanto, uma teoria que se situa ao nível da pessoa-

jornalista, individualizando uma função com uma dimensão burocrática inserida numa organização”.

A teoria do *gatekeeper* propõe analogamente uma concepção bem limitada do trabalho jornalístico, com base no conceito de seleção, minimizando e limitando outras dimensões importantes do processo de produção das notícias, tais como a estrutura burocrática e a própria organização, assim como assiste-se, também, a um certo esquecimento de que as normas profissionais interferem no processo.

Existem vários estudos que refutam as conclusões de White (1950). Os estudos de McCombbs e Shaw (1976) e também de Hirsch (1977) reanalisaram os dados de White (1950) e concluíram a existência de semelhança nas proporções de notícias das diversas categorias utilizadas pelo serviço das agências e as notícias selecionadas por «Mr. Gates». Hirsch (1977) concluiu que o jornalista exerceu a sua liberdade dentro de uma latitude circunscrita e que a maioria das razões apresentadas pelo mesmo refletiu o peso de normas profissionais e não da subjetividade (Traquina, 2002).

Numa investigação com um universo de 16 jornalistas com as mesmas responsabilidades que «Mr. Gates», Gieber (1956) contesta as conclusões de White (1950), evidenciando que o fator preponderante do trabalho jornalístico era o peso da estrutura burocrática da organização e não as apreciações pessoais do jornalista que, de acordo com Gieber (1956), raramente entravam no processo de seleção. Num outro artigo, Gieber (1964) relata que as notícias só podem ser percebidas se houver uma compreensão por parte das forças sociais que influem na sua produção (Traquina,2002). A teoria de *gatekeeper* defende que as notícias são como são porque o jornalista assim o determina.

### **1.3.3. Teoria Organizacional**

O primeiro estudo que avançou a teoria organizacional, foi publicado na Revista *Social Forces* por um sociólogo norte-americano chamado Warren Breed.

Esta teoria consagra um alargamento da perspetiva teórica, assumindo além do âmbito individual, um nível muito mais vasto abrangendo a organização jornalística.

Breed (1955) não menospreza a organização onde o jornalista está inserido e referencia assim, através deste estudo, a importância dos constrangimentos organizacionais sobre a atividade do jornalista profissional.

Breed (1955) defende que o jornalista se conforma mais com as normas da política editorial da organização na qual se insere, em detrimento de quaisquer

crenças pessoais e que estas organizações têm uma política organizacional, admitam ou não.

Deste modo, poderemos admitir, a par com Breed (1955), que o jornalista acaba por ser incorporado na política editorial da organização. O jornalista adequa-se à política da organização não porque esta lhe é explícita mas por um processo quase de *osmose*, através de uma sucessão subtil de recompensa e punição, onde estas duas medidas detêm um papel legitimador. Neste sentido e ainda segundo Breed (1955, p.328), “o primeiro mecanismo que promove o conformismo é a socialização do redator no que diz respeito às normas do seu trabalho. Quando o jornalista inexperiente começa o seu trabalho, não lhe é dita qual é a política editorial. Nem nunca será. Isto pode parecer estranho, mas as entrevistas, uma após outra, vieram-no confirmar”.

O sociólogo defende ainda que as políticas da direção da empresa jornalística monopolizam o trabalho do jornalista, isto não de imediato mas sim ao longo do tempo, através de um processo de *osmose* (Breed, 1955).

Como Breed (1955) defende, “todos, com a excepção dos novos, sabem qual é a política editorial. Quando interrogados, respondem que a apreendem por *osmose*. Em termos sociológicos, isto significa que se socializam e aprendem as regras como um neófito numa subcultura. Basicamente, a aprendizagem da política editorial é um processo através do qual o novato descobre e interioriza os direitos e as obrigações do seu estatuto, bem como as suas normas e valores. Aprende a antever aquilo que se espera dele, a fim de obter recompensas e evitar penalidades”.

Na teoria organizacional o princípio chave está localizado num processo de socialização organizacional, em que se dá grande destaque à cultura organizacional em detrimento da cultura profissional.

Breed (1955) identificou vários fatores promotores do conformismo para com a política editorial da organização.

O primeiro é relativo à autoridade institucional e às sanções. Para Breed (1955) os jornalistas receiam as punições, já que nem todos os acontecimentos são vistos com o mesmo grau de interesse uns são tomados com mais interesse em detrimento de outros. A autoridade institucional é, assim, acionada quando decide quem irá fazer a cobertura dos vários eventos; quais as alterações das peças; a colocação das peças (se são em destaque ou não) e se a assinatura do jornalista constará na peça.

O segundo fator é relativo aos sentimentos de obrigação e de estima para com os superiores, escreve Breed (1955, p.330) o seguinte: “deve-se respeito aos jornalistas mais velhos que tenham servido de modelo aos novatos ou que tenham, de

outro modo, lhes prestado auxílio. Tais obrigações e sentimentos pessoais calorosos com os superiores têm um papel estratégico no seu aliciamento para o conformismo”.

As aspirações de mobilidade surgem como o terceiro motivo e segundo Breed (1955) todos os jovens jornalistas desejam alcançar uma posição de relevo. Para que tal objetivo se consubstancie, os mesmos concordam que lutar contra a política da organização constitui uma grande resistência ou até mesmo um impedimento para os avanços na carreira. Escreve ainda Breed (1955, p.330) que “na prática, alguns mais teimosos salientaram que uma boa estratégia para avançarem era arranjar «grandes» histórias na primeira página”.

O quarto motivo promotor do conformismo segundo Breed (1955) apoia-se na ausência de grupos de lealdade em conflito. Deste modo, o local de trabalho dos jornalistas, no qual as organizações sindicais não têm interferido em assuntos internos, é relativamente pacífico.

Relativamente ao prazer da natureza da atividade, que surge como o quinto fator, Breed (1955) defende que os jornalistas gostam do seu trabalho, que as tarefas são interessantes e além disso que existe um ambiente de cooperação na sala de redação. Escreve ainda que “o staffer<sup>3</sup> tem um estatuto menos formal do que os executivos, mas não é tratado como um «mero trabalhador»” (Breed, 1955, p.330). O mesmo faz referência ainda a diversos tipos de gratificações de cariz não financeiro que os jornalistas têm, nomeadamente: a variedade de experiências; o testemunho pessoal de acontecimentos interessantes; o facto de serem os primeiros a ter conhecimento de certos assuntos; obterem informações privilegiadas e conhecerem e conviverem com indivíduos notáveis e célebres. Escreve ainda, (Breed, 1955, p.331) que “os jornalistas estão próximos das grandes decisões sem terem de as tomar; tocam no poder sem serem responsáveis pela sua prática”.

Surge como último fator promotor do conformismo, as notícias como valor: As notícias têm um valor máximo e a sua elaboração obriga a um trabalho diário e são um desafio constante. Devido a tais factos, o jornalista tem sempre no seu horizonte a realização do desafio que é obter mais notícias, sem contestar as políticas organizacionais. É necessário ir em busca delas; é preciso vencer a hora de fecho; este consolida-se no interesse comum pela notícia (Breed, 1955).

Escreve Breed (1955, p.331) que, “qualquer potencial conflito entre os dois grupos, tais como as greves de zelo, de grupos de trabalho na indústria, seria prontamente dissipado, dado o valor positivo que a notícia constitui. A solidariedade dentro da sala de redação é, assim, reforçada.”

---

<sup>3</sup> Warren Breed (1955) define “*executives*” como os editores e os “*staffers*” como os repórteres.

Breed (1955) defende que estes seis fatores promovem o conformismo em relação à política editorial da organização. E defende que cinco destes fatores afiguram-se constantes em todos os jornais por ele estudados, apenas sendo variável a obrigação e a estima que os jornalistas mantêm pela direção e pelos profissionais mais antigos. Segundo o autor, este fator parece ser a variável ativa determinante do conformismo para com a política da empresa e também da moral e bom desempenho profissional.

Breed (1955) reconhece que um “ditatorialismo” organizacional seria de difícil implementação, devido à natureza do trabalho jornalístico e a um mínimo de autonomia profissional que ele exige. Ainda mais, qualquer tentativa de obrigar o jornalista a seguir uma certa política constituiria uma clara afronta à independência do jornalista, um dos pilares da legitimidade profissional.

Breed (1955) define cinco fatores dentro da área de influência do jornalista que o ajudam a iludir o controlo da empresa. Estes são: o facto das normas da política editorial serem muitas vezes bastante vagas e não estruturadas; o facto de os diretores poderem ter falta de conhecimentos específicos em certos acontecimentos e os jornalistas-empregados nas suas andanças e telefonemas, na procura de notícias poderem utilizar os seus conhecimentos (superiores aos da direção) para subverterem a política editorial. Tendo em conta tanto as crenças pessoais como os códigos profissionais, o jornalista-empregado tem o livre arbítrio na seleção em muitos acontecimentos (pode decidir quem entrevistar, quem ignorar; que perguntas deve fazer, que itens deve realçar, etc.) e além desta tática da “pressão”, os jornalistas-empregados podem utilizar a tática da “prova forjada”, isto é, embora a política editorial de um jornal possa entender não dar destaque a um determinado assunto o jornalista-empregado que obtenha uma boa história, poderá publicá-la num outro jornal, através de amigos jornalistas ou mesmo apresentando-a ao editor, alegando a importância da matéria como impossível de ignorar.

Em relação a certo tipo de histórias, “o jornalista tem maior autonomia no «*beat story*», quer dizer na sua ronda habitual” (Breed, 1955 p.333). Nenhum editor interferirá na sua ação, podendo assim o jornalista consumir essa função (a de editor). É o jornalista que, até certo ponto, pode selecionar quais as histórias que deve ou não ignorar. Vários casos resultam em entrevistas de fontes regulares do “*beat*” (ronda) que abafaram histórias que sabiam poder vir a fornecer combustível para a política editorial.

Quanto ao estatuto do jornalista, é importante salientar que os jornalistas com o dito, “estatuto de estrelas” (Breed,1955,p.334) podem mais facilmente contrariar a política editorial.

Estes cinco fatores para Breed (1955), indicam que, sob certas condições, os controlos que levam ao conformismo com a política editorial da organização jornalística podem ser ultrapassados.

A conclusão de Breed (1955) é que a linha editorial da empresa jornalística é geralmente seguida, e que a descrição da dinâmica situação sociocultural da redação sugerirá explicações para esse conformismo. A fonte de recompensas do jornalista não se localiza entre os leitores, mas entre os colegas e os superiores. Em vez de aderir a ideais sociais e profissionais, o jornalista redefine os seus valores até ao nível mais pragmático do grupo redatorial.

Segundo Traquina (2002, p.84), “outros estudos demonstram igualmente a importância da organização jornalística, tais como, (Rosten, (1937); Gieber, (1956); Bogart (1968); Siegelman, (1973); Nimmo, (1964). Na opinião do académico britânico James Curran (1990), a autonomia do jornalista é uma «autonomia consentida», ou seja, é permitida enquanto for exercida em conformidade com os requisitos da empresa jornalística”.

Assim, e segundo a teoria organizacional, as notícias são o resultado de processos de interação social que têm lugar dentro da empresa jornalística. Relativamente a esta teoria, tal define o trabalho como sendo influenciado pelos meios de que a organização dispõe. Deste modo, é dada importância ao fator económico na atividade jornalística.

Como tal, o jornalismo, além de serviço público, é também um negócio no qual as empresas jornalísticas mais cedo ou mais tarde enfrentam a tirania do balanço económico. No fundo, a teoria organizacional estabelece que as notícias são como são porque as organizações jornalísticas assim o determinam.

#### **1.4. A informação em Rádio**

“Um dia um cego, ouvinte fiel, quis conhecer o sítio onde eram feitas as notícias e aqueles que ali trabalhavam. Mas antes de entrar fez um pedido, algo embaraçado: havia uma ou duas pessoas que ele na verdade não queria conhecer; porque por aquilo que ouvia, não lhe inspiravam confiança” (Meneses, 2003, p.108).

A telefonia sem fios, forma como era designada a rádio, funcionava anteriormente à I Guerra Mundial, exclusivamente como um sistema de telecomunicações. Era usada essencialmente para transmissões militares entre os navios, para envio de telegramas e ainda para outras aplicações civis. “os principais

progressos da telefonia sem fios foram, no entanto, realizados durante a primeira guerra mundial, desempenhando então um papel importante não só na estratégia militar (...), mas também no estreitamento das relações entre as metrópoles europeias e as colónias” (Rodrigues, 1999, p. 102). Só após a I Guerra Mundial é que se assistiu a um aumento significativo da audiência da rádio, que cresceu e começou a fazer parte dos hábitos das populações, tendo este meio vivido os seus anos áureos nas décadas de 1930, 1940 e 1950, e neste último caso, nos países onde a televisão foi apenas introduzida em finais da década de 1950 (Sousa, 2003).

O primeiro passo para a criação da rádio, enquanto meio de difusão de notícias, foi a produção da KDKA<sup>4</sup>, em Pittsburg, nos Estados Unidos da América, no ano de 1920. A primeira emissão da KDKA teve uma duração de oito horas consecutivas preenchidas com informações relativas às eleições presidenciais norte-americanas (Sousa, 2003). Nesta fase, poder-se-ia considerar que estava alcançado o espaço necessário para que as notícias na rádio evoluíssem e se transformassem naquilo que hoje se conhece por radiojornalismo.

A rádio tornou-se uma espécie de “ evolução do ouvido”, o meio mais intimamente ligado aos hábitos individuais e o companheiro discreto nas mais variadas situações da vida de cada ouvinte (Rodrigues, 1995).

A rádio apresenta-se como um meio multifacetado que pode ser acedido em qualquer parte, seja em casa, no automóvel ou na rua. O desenvolvimento de aparelhos cada vez mais pequenos e quase impercetíveis deu à rádio uma maior capacidade de acompanhar a vida diária das pessoas dissimulando-se e adaptando-se aos mais diversos cenários do dia-a-dia (Rodrigues, 1995). Se, inicialmente, as famílias se juntavam em casa ou em espaços públicos para escutar as emissões de rádio, com o aparecimento do transístor<sup>5</sup> no final dos anos 1950, essa escuta deixou de ser uma atividade coletiva para se tornar numa atividade cada vez mais de carácter individual. Esta individualidade deveu-se ao facto dos aparelhos terem um preço cada vez mais barato, dimensões mais reduzidas e conseqüentemente de maior facilidade

---

<sup>4</sup> KDKA (1020 kHz) é uma estação de rádio norte-americana, licenciada em Pittsburgh na Pensilvânia. Criada pela Westinghouse Electric Corporation a dois de Novembro de 1920, é uma das primeiras estações de rádio do mundo. Esta teve uma distinção que fora reivindicada por outras estações sem sucesso, já que a KDKA argumentava ser a primeira no mundo “comercialmente licenciada”. CBS Pittsburgh (2010).

<sup>5</sup> O transístor é um componente eletrónico responsável pela revolução eletrónica na década de 1960. É utilizado principalmente como amplificador e interruptor de sinais elétricos. <http://101science.com/tranbasic.htm>

de transporte. A recepção da rádio tornou-se, assim, algo mais privado, com os ouvintes a adquirirem o seu próprio rádio e a escutarem o que mais lhes interessava, quando pudessem e onde bem desejassem. Estas alterações introduziram grandes modificações ao nível do discurso da rádio (Sousa, 2003).

O tom solene e forçado dos primeiros tempos da rádio deu lugar a um estilo mais espontâneo e coloquial. O discurso passou a ser dirigido “a si que está a ouvir-me” ou “a você que vai na estrada”, como é frequente escutar-se cada vez que se sintoniza a rádio. O locutor procura, assim, estabelecer uma espécie de cumplicidade com o ouvinte, falando-lhe e acompanhando-o nas suas tarefas ao longo do dia, de tal modo que o locutor passou a ser visto como um “conhecido” para quem o escuta.

O locutor simula falar diretamente para cada ouvinte em particular e o discurso é construído para que, a todo o momento, um possível novo ouvinte possa ser acolhido. O discurso é orientado de modo a acompanhar os ouvintes no dia-a-dia e a constituir uma atmosfera envolvente nos vários momentos do dia. Um dos objetivos é que o ouvinte se identifique com aquilo que está a ser dito na rádio Sampaio (1971). Utilizando apenas o som, o locutor deve ser capaz de permitir ao ouvinte elaborar imagens mentais daquilo que está a escutar. É neste aspeto que reside uma das maiores particularidades da rádio; sendo um meio de comunicação auditivo é “cego”, mas capaz de estimular a imaginação e de formar imagens em vários cenários na mente dos ouvintes (Mcleish, 2001).

Mcluhan (1964) observou que a rádio toca em profundidades subliminares da mente, e que as palavras sem o acompanhamento de imagens, ganham uma textura mais rica e mais densa. Por outro lado, Rodrigues (1988) relaciona a força psicológica da rádio à voz primordial que ouvimos no útero da mãe. O bom locutor deve então utilizar a entoação dada à voz, o vocabulário e os próprios silêncios para “desvendar” aos ouvintes aquilo que ele próprio viu ou está a ver. O locutor e o jornalista de rádio devem funcionar como os olhos do ouvinte, para que o facto de não existirem imagens se transforme na chave para penetrar no mundo interior dos ouvintes, como defende Bachelard (1949).

O principal desafio da rádio informativa era tornar a palavra estática da imprensa escrita em oralidade, ou seja, passar a palavra de um estado sólido para um estado fluido (Meditsch, 1997). No entanto, a rádio não fazia mais do que reproduzir o que era escrito na imprensa e o resultado eram “títulos quase gritados, com os artigos suprimidos, e a ideia de uma paginação rígida com secções fixas e espaços limitados por assunto” (Meditsch, 1997, p.4).

Inicialmente, não era o locutor quem escrevia os textos lidos ao microfone o que, por si só, já era uma desvantagem. A partir da centralização das funções de

redator e locutor numa só pessoa, criou-se uma nova forma de jornalismo radiofónico capaz de conjugar a expressão escrita com a expressão oral diante do microfone (Balsebre, 1994). Tornou-se numa obrigação, para quem fala ao microfone, ter a capacidade de transmitir o significado daquilo que está a ler. Para isso, é essencial que quem lê seja conhecedor do texto que vai ler ou que tenha, pelo menos, captado o seu sentido, pois só assim terá uma maior probabilidade de ser natural e de veicular verdadeiramente a mensagem que se pretende transmitir.

O segredo de uma boa locução está na forma como se dizem as palavras pois é isso que, sem menosprezar os conteúdos informativos, lhes atribui o significado e lhes confere ênfase. O texto é apenas uma parte do processo de comunicação e só toma vida quando a palavra é verbalizada. O significado de uma frase pode variar de acordo com a forma como nos é apresentada. Nos noticiários radiofónicos, o modo como se dizem as palavras ao microfone pode alterar a compreensão da notícia. Isso espelha-se ao dar mais ênfase a uma palavra do que a outra, ao ler a notícia de forma mais rápida ou mais lenta. Nesta perspetiva, Meneses (2003, p.107) defende que o jornalista tem de procurar um “desempenho vocal escorreito” e que tal é “composto por várias componentes: a entoação, a respiração, a dicção, a atitude, o ritmo interno, as pausas de tensão – que dão cor à leitura – e, por fim, a atitude, que o autor caracteriza como um conjunto de sentimentos que se passam inconscientemente para o ouvinte”. Desta forma, será sempre o jornalista quem influencia na maneira como o ouvinte vai rececionar e apreender a informação.

No seu conjunto, a linguagem de rádio é apresentada como uma composição de palavra falada, música, ruídos e silêncios (Meditich, 1997). A rádio adquiriu, ao longo do tempo, uma espécie de “escrita própria” cujo objetivo é prender a atenção do público desde o primeiro minuto. O texto deve ser interessante, mas simultaneamente conter informação útil e pertinente para o ouvinte. A informação deve abranger o maior número possível de pessoas, ou seja, o locutor tem de falar como se estivesse a comunicar individualmente para cada pessoa, contudo nunca pode perder a consciência de que está a falar para um público amplo e heterogéneo (Sampaio, 1971).

Como acontece com qualquer novo meio de comunicação, no final dos anos 1920 a rádio viu serem-lhes atribuídos poderes transcendentais, quase mágicos (Meditich, 1997). Podia observar-se, também, uma atitude ambivalente a seu respeito: os poderes que lhe foram atribuídos tão depressa eram conotados como benignos, como muitas vezes eram considerados malévolos. Defende Meditsch (1997, p.7), “que a rádio tem o poder para iludir o público, tanto em causas boas e belas, como a da arte e a do entretenimento, como em outras, mais trágicas, como a da exploração da

ignorância das massas para mobilizá-las à guerra e mantê-las sob domínio”. Para os seus adeptos, a rádio constituía um surpreendente meio de difusão da cultura<sup>6</sup> e, como tal, da igualdade e da democracia. Para os seus depreciadores, o novo meio de comunicação, não passa de um fator de “confusão” intelectual<sup>7</sup>, e transformar-se-ia, assim que submetido aos poderes dos Estados, num terrível instrumento de propaganda, de condicionamento do indivíduo – em suma, de alienação política<sup>8</sup>.

A 30 de Outubro 1938 acontece algo que viria a confirmar a onipotência da rádio: a adaptação radiofónica, por Orson Welles, da *Guerra dos mundos* de H.G Wells. Tal facto, provocou uma onda de pânico sem precedentes: de seis milhões de ouvintes, dois milhões acreditaram tratar-se de uma emissão informativa e cerca de um milhão cedeu ao pânico.

Os estudos lançados *a posteriori*, levados a cabo para uma melhor compreensão do fenómeno, permitiram o desmoronamento da tese da onipotência da rádio, a ideia de que a difusão das mensagens desencadeia respostas quase automáticas por parte dos recetores. Por outro lado, as suas conclusões permitiram reconhecer os diversos fatores comportamentais dos ouvintes: as referências sociais (que compreendem os grupos de referência: família, credo, partido e sindicatos) e as referências culturais (vocabulário a que tem acesso derivado à formação académica).

Conseguiu também transpor-se a produção cultural dos *media*, mais especificamente da rádio, para uma dialética entre a oferta por parte das estações e a procura por parte do público<sup>9</sup>. Assim, Morin (1997, pp.16-17), reconhece a coexistência da cultura "cultivada" de uma elite e de uma "cultura de massas", fortemente estandardizadas.

Opondo-se à estandardização para que se inclina um sistema de comunicação unidirecional, desenvolveu-se uma conceção que encara a rádio como um meio que no seio de uma ação cultural global, tende a estender a um número maior de pessoas

---

<sup>6</sup> Rigaud (cit. in Lavoinne, s.d. p.37) afirmou: “o papel capital que o audiovisual pode desempenhar na difusão da cultura e, especialmente, o papel de destaque que a rádio desempenha na vida musical francesa”.

<sup>7</sup> Duhamel (cit. in Lavoinne, s.d. p.37) denuncia a demagogia intelectual de certas emissões e concluía “longe de contribuir para a verdadeira cultura, a rádio propaga o gosto pelas noções superficiais de fácil apreensão e que logo se esquecem”.

<sup>8</sup> Tchakhotine (cit. in Lavoinne, s.d. p.37) ilustrou a transposição das teorias de Pavlov á comunicação de massa; Segundo Cristo (2005), ilustra-se a ação do regime na intensificação da propaganda através da rádio, onde se pode verificar as constatações de Tchakhotine

<sup>9</sup> A procura traduz-se tanto por iniciativa dos ouvintes através de chamadas telefónicas e etc., como pelos produtores através de inquéritos e sondagens.

o acesso à antena, e que tem a capacidade de promover uma expressão personalizada. Esta perspetiva faz com que a rádio passe, segundo Brecht (2007), de aparelho de distribuição a aparelho de comunicação.

#### 1.4.1. O famoso caso de Welles e Wells

Apaixonante a reconstituição feita pela CBS<sup>10</sup> do pânico gerado além-Atlântico por uma peça radiofónica, a *mui* célebre adaptação da *Guerra dos mundos* de H. G. Wells por Orson Welles, e assombrosa, está claro: foi num domingo, 30 de Outubro de 1938, às 20 horas. A grelha da CBS apresenta o Mercury Theatre, um programa de prestígio sem qualquer apoio publicitário – uma concessão da cadeia à sua rival, a NBC<sup>11</sup>, que, à mesma hora, apresentava Charlie MacCarthy, a irreverente marioneta de um conhecido ventríloquo que era a atração dessa emissora patrocinada por uma marca de cafés. A marioneta arrebatava 34,7% da audiência, deixando pouco mais de 3% à Mercury Theatre. Dos trinta e dois milhões de famílias recenseadas nesse ano nos Estados Unidos da América, vinte e sete milhões e quinhentas mil tinham rádio. Era uma rádio com maior "credibilidade" no país do que a imprensa escrita<sup>12</sup>, era uma rádio que acabara de ilustrar o formidável impacto dos *mass media* ao acompanhar, hora a hora, de nervos tensos e voz vibrante, as diatribes do caso checoslovaco<sup>13</sup>. O que permitiu que, no dia seguinte ao dos acordos de Munique, uma pesquisa revelasse que cerca de 80% dos americanos inquietos, nervosos e ainda mal refeitos da recente crise económica, pensavam que era fatal virem a ser chamados a combater os exércitos de Adolf Hitler, numa hipotética situação de conflito.

---

<sup>10</sup> A CBS Broadcasting Inc. (CBS) é uma das maiores redes de televisão e rádio dos Estados Unidos. É uma das três redes de televisão que dominava a transmissão televisiva nos EUA antes da criação da televisão por cabo.

<http://www.cbscorporation.com/ourcompany.php?id=11>

<sup>11</sup> A National Broadcasting Company (NBC), é uma das maiores redes de televisão e rádio dos Estados Unidos. <http://www.nbcuni.com/corporate/about-us/>

<sup>12</sup> "Golding e Elliot averiguaram que a rádio constrói muitas vezes as agendas dos restantes jornalistas, tornando-se uma das principais fontes dos mesmos. Muitas pesquisas, realizadas nas últimas décadas, descobriram que a credibilidade da Rádio Informativa tende a aumentar enquanto que a dos restantes media tende a baixar. Estes estudos indicaram também que os profissionais radiofónicos são considerados credíveis, colocando-os em primeiro lugar num ranking das profissões públicas." (Bessa, 2004, p.9).

<sup>13</sup> Depois dos acordos de Munique de 30 de Setembro de 1938, Adolf Hitler continuava o esquartejamento da Checoslováquia criando uma Eslováquia autónoma (Overy, 2005)

Devemos evocar esse clima explosivo, escaldante, e também as particularidades dessa emissão que, como defende Meditsch (1997, p.5), “para dar ritmo – e efeito de realidade à narrativa, utiliza-se um grande número de testemunhas verosímeis e *habitués* do rádio, como agências de notícias, autoridades, cientistas, militares e «homens comuns»”, se tencionarmos compreender o incrível pavor que suscitou a tão pouco crível notícia da chegada dos seres de outro planeta.

Tudo começou com uma “confusão”: a maior parte das pessoas sintonizavam a NBC simplesmente para ouvir Charlie. O primeiro “*sketche*”<sup>14</sup> tem por *terminus* as 20H12. Seguidamente seis milhões de ouvintes mudaram de posto e mergulharam no programa “concorrente”, no preciso momento em que os monstros verdes – ouvindo-se um barulho/rangido sinistro – abriam a comporta do seu engenho espacial (efeito obtido nos estúdios, ao desenroscar no lavatório da casa de banho a tampa de um frasco). E isto sob os olhos alegadamente horrorizados do ator, encarregado de imitar os gestos e os modos histéricos de um repórter que ficara célebre pelo relato da explosão do famoso Zeppelin, Hidenburg.

Nenhum desses recém-chegados tinha ouvido o anúncio do começo da peça. Por sua vez, este teria sido repetido mais de três vezes, mas demasiado tarde: já as multidões desnordeadas tinham invadido as ruas. E, ainda que o aviso tivesse sido percebido, permitimo-nos perguntar se ele não teria sido instantaneamente rejeitado pelos mecanismos inconscientes dos ouvintes, tão forte era já a tendência para se confundir a realidade e a ficção, para se situar a informação e o folhetim no mesmo plano e para se tomar tudo o que era dito nas ondas hertzianas como verdades absolutas.

Será útil sublinhar o interesse documental do telefilme americano *A noite que aterrorizou a América* foi premiado em Monte Carlo, sobre a maneira como se elabora a arquitetura sonora de uma obra deste género e sobre a calma olímpica do seu artesão, Welles, de 23 anos, que o escândalo tornaria célebre de um dia para o outro, valendo-lhe também o apoio financeiro das sopas Campbell e o curioso cumprimento de Roosevelt: "Você e eu, Orson, somos os dois melhores atores dos Estados Unidos da América" (Lavoigne, s.d., p.40). Nada contente, em contrapartida, o *outro* Wells enviava de Londres um telegrama a manifestar a sua indignação contra as liberdades tomadas com a obra de sua autoria, com a banalização do tema<sup>15</sup> e as trágicas

---

<sup>14</sup> Expressão de Cordeiro (2003)

<sup>15</sup> “O escritor inglês, um humanista convicto, havia pensado A Guerra dos Mundos sobretudo como um questionamento a respeito da civilização, e especialmente do imperialismo do seu país, que na época dominava o mundo. A brutalidade dos marcianos, que se

repercussões (Sarraute, 1976). Dessas repercussões não se assistiu a um grande ênfase no ecrã. Isto porque seria bastante difícil mostrarem-nos o terror coletivo, o êxodo maciço daquelas centenas de milhares de cidadãos de New Jersey e de outras cidades. Optou-se por tratar três ou quatro casos particulares, bem escolhidos e bastante representativos do estado de espírito que então reinava no país. Para além do seu valor histórico, esta emissão dentro da emissão, terá tido o mérito de abordar a natureza, os limites e as consequências do acontecimento suscitado, a notícia tal como a recebemos e tal como a concebemos, a notícia vivida por detrás e em frente desse minúsculo “muro” que é o microfone.

#### **1.4.2. O Radiojornalismo**

Com a inevitável evolução de outros meios de comunicação e mais recentemente com o aparecimento da internet, a rádio divergiu desses meios de comunicação, encetando por um percurso mais exigente, dada a competitividade, apostando na divulgação de blocos informativos, como forma de manter o seu público, ao emitir paulatinamente notícias atualizadas e em primeira mão.

Muito embora a rádio seja vista como um meio de entretenimento, utilizada maioritariamente para ouvir música, as notícias emitidas são também levadas em consideração pelo público ouvinte. Isto porque, por uma questão de tempo, o ouvinte pode atualizar-se enquanto conduz, a caminho do seu emprego, enquanto pratica desporto, enquanto desempenha diversas tarefas, tornando-se a rádio o veículo preferencial e credível a nível de transmissão de notícias. Desta forma, ao contrário do que se poderia esperar com a evolução tecnológica, o radiojornalismo ocupa lugar de destaque não só pela sua especificidade, pela rapidez na cobertura de notícias de última hora, como pela atualidade na emissão das suas notícias, o seu tratamento e seleção do assunto que, dada a escassez de tempo de emissão, deverá ser claro e conciso, em nada comparável ao jornal impresso ou ao noticiário emitido pela televisão. Além disso, a oralidade ocupa um lugar primordial no radiojornalismo, onde, tem a função, talvez ingrata, de conseguir captar a atenção do ouvinte e fazê-lo *ver* o acontecimento noticiado.

---

alimentavam de sangue humano, matavam sem necessidade aparente e transformavam tudo ao seu alcance em cinzas, é a todo momento comparada, pelo personagem-filósofo do romance, com genocídios praticados pelos europeus contra os povos por eles colonizados, à crueldade corrente com os animais e à arrogante destruição da natureza por parte de seus compatriotas.” (Meditsch, s.d., p.4).

## 1.5. As técnicas de elaboração de uma notícia radiofónica

Afirmam Meditsch e Zuculoto (2008) que a notícia radiofónica deverá obedecer a seis características basilares:

A utilização de períodos curtos é uma dessas características, já que os períodos muito longos dificultam a leitura e tornam complicada a compreensão do conteúdo da notícia por parte do ouvinte (Fontcuberta, 1999). Quanto à linguagem utilizada é prioritário o uso de um tipo de linguagem bastante direto de modo a organizar o raciocínio do ouvinte. Relativamente ao grau de simplicidade, a notícia deve ser redigida tendo em conta que o público para o qual é difundida consubstancia pessoas de todas as idades e de todos os níveis de formação académica, afirmam (Meditsch & Zuculoto, 2008) que tem a rádio tem impacto, tanto no homem já disciplinado pelas rédeas de alfabetização, como naquele rebelde analfabeto o que pressupõe a utilização de palavras de uso comum. E aquando surgir um termo mais técnico, é necessário esclarecer o mesmo.

Quanto à adjetivação, o seu uso, quando não torna a notícia tendenciosa, dá-lhe um carácter opinativo. Daí o adjetivo só dever ter um lugar na notícia quando desempenhar uma função imprescindível na exposição objetiva do acontecimento. A regra de ouro fixada por C.Terrien e A.Arnaud (cit. in Lavoinne, s.d., p.67) é prova disso mesmo: “O que tu deves dizer é o sujeito, o verbo e o complemento. Não estás cá para fazeres carreira de escritor. Na imprensa escrita podemos sempre reler-nos, completar-nos. Não quando nos encontramos diante de um microfone. O mesmo acontece com o ouvinte: é preciso que ele compreenda, que capte imediatamente, senão deixa de ouvir”.

Relativamente à objetividade, regra geral, deve-se fornecer elementos de fontes e proveniência claros, apresentando o facto concretamente, sem os “consta” ou “segundo rumores” etc. Se a notícia não puder conter os ditos elementos objetivos, muitas vezes, não passa de uma notícia falsa, inventada ou pura especulação, (Fontcuberta, 1999) como se diz em gíria radiojornalística, é um “contrabando”<sup>16</sup>.

A próxima característica é a revisão, uma característica que se impõe como um princípio elementar após a elaboração de uma notícia radiofónica. Até o melhor redator, esporadicamente, é levado a cometer erros, sejam gramaticais, de dactilografia, ou outros. Por esses motivos, é necessário antes de ser efetuada a

---

<sup>16</sup> Expressão utilizada por Meditsch e Zuculoto (s.d.)

transmissão da notícia a mesma passar por um processo de revisão total (Meditsch & Zuculoto, 2008).

Além das anteriores características elementares e das respostas às seis questões fundamentais<sup>17</sup>, a notícia deve revestir-se de outras precauções, para evitar resultados indesejáveis. Em primeiro lugar é necessário estabelecer as diferenças fundamentais entre a notícia impressa e a notícia falada, muito embora a técnica da primeira só difira da outra relativamente ao fator temporal (períodos curtos) deste modo, é claro que, uma notícia no jornalismo impresso pode ser muito mais pormenorizada do que a notícia radiofónica. Motivo pelo qual em Portugal, na década de 1960, considerava-se que a rádio não devia competir com os jornais, de maneira que até foi implementada uma máxima à semelhança com o que acontecia no Brasil na qual a “imprensa é a análise, a rádio a síntese” (Bessa,2004, p.7).

Comparando os dois tipos de notícia, isto é, a notícia impressa e a notícia radiofónica, há certos aspetos a salientar. Num primeiro ponto as notícias deverão ter em comum quatro das características básicas: a linguagem direta; a simplicidade; a falta de adjetivação; e a objetividade. Quanto aos períodos curtos, estes não se impõem à notícia impressa, já que o leitor tem a capacidade de reler se não entender o seguimento do texto mediante a primeira leitura.

A notícia para difusão através de meios radiofónicos deverá apresentar sempre certas particularidades: dirigir-se a uma população ampla e heterogénea (inclusive a um público analfabeto); procurar transportar sempre o sentido do imediatismo; ser instantânea, já que não oferece a possibilidade de voltar atrás para se efetuar a correção de eventuais erros; ser breve e sintética, devendo, teoricamente, esgotar o assunto no menor tempo possível; e exercitar o ouvinte de maneira a desenvolver um clima que o envolva e o faça sentir participante no acontecimento (Ganz, 2005).

Como matéria de consumo, dentro dos conceitos de comunicação de massa, como diz Wright (1975), é pública, porque não sendo dirigida a alguém em particular, o seu teor está aberto ao critério público, são rápidas porque as mensagens destinam-se a grandes audiências em tempo relativamente curto e transitória porque o intento é de que seja consumida no imediato, não se destinando a registos permanentes.

Mas a notícia radiofónica tem as suas disfunções, e relevam-se como as mais triviais, os nomes estrangeiros ou de pessoas pouco conhecidas (estes deverão ser pronunciados com um extremo nível de clareza e com certo sacrifício da forma, merecem ainda um razoável número de repetições para um melhor apego e as

---

<sup>17</sup> O quê? Quem? Quando? Onde? Porquê? e Como? A resposta a todos estes elementos, num texto elaborado para ser difundido pelos O.C.S., transforma o acontecimento em notícia. (Bessa, 2004).

abreviaturas e siglas (estas só deverão figurar na notícia quando forem muito conhecidas, caso contrário representam um poderoso fator disfuncional).

### **1.5.1. A seleção de notícias**

A diferença fundamental entre um redator de radiojornalismo e um redator de um jornal gráfico tem a ver com o facto de o universo jornalístico ser muito mais amplo no cenário onde o primeiro exerce a sua atividade. Isto é, enquanto na imprensa gráfica os jornalistas encontram-se distribuídos por tarefas específicas em relação à proveniência das matérias, os jornalistas dos meios radiofónicos lidam com matérias de todas as origens e de toda a natureza (Meditsch & Zuculoto, 2008). Isso requer que o chamado “faro jornalístico”<sup>18</sup> esteja bem apurado, resultando na melhoria, na evolução através da prática, deste importante critério seletivo. É este que vai presidir na escolha das notícias de maior importância, que devem ser preparadas para compor uma publicação de cinco ou dez minutos ou então um programa de 30, 50 ou 60 minutos de duração. No jornalismo gráfico esta tarefa cabe, especificamente, aos secretários de redação, editores e, num escalão inferior, aos chefes de reportagem e de sectores.

Um redator de um jornal radiofónico tem quase sempre de acumular todas essas funções. É difícil, ensinar este critério de seleção a alguém. Em primeiro lugar, é inerente à vocação para o jornalismo, e em segundo lugar só a prática e uma constante formação<sup>19</sup> o podem apurar.

### **1.5.2. A montagem**

Usualmente, o critério aplicado na montagem é o da importância das notícias. Assim, a disposição das notícias num radiojornal obedece ao critério da pirâmide invertida, isto é, em ordem decrescente de importância e pelas diversas procedências em bloco, ou seja, notícias locais, nacionais e internacionais.

No caso de boletins de cinco a dez minutos, é recomendável que a notícia mais importante seja colocada no final do programa para se obter um maior impacto junto do público. O mesmo já não deve acontecer em noticiários de maior duração,

---

<sup>18</sup> Expressão de Meditsch e Zuculoto (s.d.), definido como a capacidade de seleção de acontecimentos dignos de serem trabalhados a ponto de se tornarem notícias. Ponderando relativamente à qualidade e relevância dos acontecimentos, é um critério *mui sui generis*.

<sup>19</sup> Formação específica na área da sociologia da psicologia e do jornalismo.

aplicando-se então o critério geral, isto é, começar-se-á pelas notícias mais importantes (Ganz, 2005).

Outro dos critérios de montagem das notícias, que é simultâneo com o anterior, é o da procedência das notícias. É usual dispor-se em primeiro lugar as notícias locais, seguindo-se as nacionais e, por último, as internacionais mantendo-se dentro de cada tipo a técnica da pirâmide invertida.

### **1.5.3. Os estilos de radiojornais**

A linguagem coloquial no radiojornalismo não é nada mais do que a linguagem do quotidiano. Sendo principalmente oral, ela permite um certo diálogo mental entre emissor e recetor. Mas para que esse fluxo comunicativo se realize é necessário que certas regras não sejam desprezadas, caso contrário o diálogo poderá transformar-se num monólogo. Essas regras (Ganz, 2005; Lavoinne, s.d.; Meditsch & Zuculoto, 2008) passam, basicamente, pela simplicidade, a correção e a seriedade.

O respeito pela técnica da notícia é essencial mesmo quando se pretende introduzir mudanças estilísticas. Ao invocar-se uma suposta criatividade artística com o objetivo de dar colorido à informação, chega-se muitas vezes ao absurdo da separação entre o conteúdo e a forma. Para os jornalistas, o conteúdo e forma deverão ser inseparáveis, pois através da forma expressa-se o conteúdo (Lavoinne, s.d.).

Talvez um dos conceitos menos suscetíveis de controvérsia seja o conceito de que a rádio se manifesta ao público, ostensivamente, numa franqueza íntima de pessoa para pessoa. Por outras palavras, a rádio envolve já em si alta dose de linguagem coloquial devido à sua própria natureza de veículo de comunicação. A notícia faz parte dessa linguagem quando respeitada naquilo que ela pretende objetivamente e não naquilo que subjetivamente se quer dela pretender. Assim sendo, a seriedade e a objetividade aparecem como normas inflexíveis para o pleno alcance da sua missão. O tratamento artístico só poderá manifestar-se através de um melhor som, uma melhor sonoplastia e uma melhor apresentação. Este é o limite da sua criatividade porque, evidentemente, não se pode criar um facto novo dentro do facto antigo já contido na informação tecnicamente bem elaborada.

Em vez dessa suposta linguagem coloquial, que peca por não dar um certo “enriquecimento e floreado” à notícia é preferível o dito som ambiental, relativo à captação do acontecimento *in loco* munido de todo o colorido fatural. Inegavelmente esse caminho já começa a ser traçado de forma clara no radiojornalismo, resultante de

uma evolução baseada em todo o universo literário e investigações na área (desde estudos relativos à voz utilizada em rádio, estudos e inquéritos feitos ao público etc...), que vão ao encontro da verdadeira linguagem radiojornalística.

O uso de linguagem figurada – metáforas, alegorias, eufemismos, etc. – como estilo utilizado no radiojornalismo apresenta-se como uma “faca de dois gumes”. Não chega a ser disfuncional, mas oferece uma grande margem de risco quando analisado relativamente ao ângulo das características básicas, particularmente quanto à simplicidade e à objetividade e também tendo em conta a diferença elementar que a notícia de rádio apresenta em relação à de jornal, ou seja, o facto de se dirigir a toda a população, inclusive aos analfabetos. Muito embora o uso de linguagem figurada constitua um poderoso fator estilístico, o emprego deste tipo de linguagem poderá comprometer seriamente a informação (Ganz, 2005).

Não se pode negar que seja um recurso bastante agradável, mas não se deve menosprezar a hipótese de poder vir a contrariar o objetivo informativo, gerando alguma confusão relativamente ao entendimento por parte do ouvinte.

#### **1.5.4. A relação tempo-espaço**

A problemática do tempo, na rádio, é, claramente, fundamental. À semelhança do espaço no jornal impresso, o tempo em rádio também tem de ser rigorosamente calculado. No processo de definição da relação entre o espaço e o tempo nas notícias radiofónicas, devem ser tidos em conta três fatores: o tempo, a velocidade de leitura e a sonoplastia, conforme afirma Sampaio (1971).

Uma linha de 68 espaços de máquina corresponde, em média, a cinco segundos de tempo. Quando existirem quaisquer números ou algarismos, estes devem ser escritos por extenso, uma vez que serão lidos e ocupam um determinado tempo que também é contabilizado.

Estes cinco segundos para uma linha de 68 espaços, não é uma medida aplicável a todos os locutores. No entanto, o locutor experiente controla a velocidade de leitura pela inflexão, aumentando ou diminuindo o ritmo de leitura. De salientar que, regra geral, os locutores mais lentos são os que melhor interpretam o texto (Sampaio, 1971).

Para estabelecer o tempo de duração do boletim informativo de rádio, o tempo ocupado pela sonoplastia, ou seja por qualquer efeito sonoro que acompanhe a ação, deve ser rigorosamente cronometrado (Sampaio, 1971).

### **1.5.5. A escolha do locutor**

A voz detém suma importância na apresentação da notícia, principalmente através dos meios radiofônicos. No processo de escolha e seleção de um bom locutor deve-se ter em consideração vários fatores elementares segundo Bessa (2004) e Jaspers (1998), os fatores a ter em consideração são os seguintes:

A voz do locutor deve ser, preferencialmente, grave, pois esta característica transmite sobriedade. Os locutores de voz aguda, por norma, não conseguem dar à notícia o nível de autenticidade que ela exige na sua transmissão.

No que concerne à dicção, o locutor deve possuir um domínio complexo da técnica de respiração ou capacidade de emissão. Os textos devem ser lidos com calma para não serem suprimidas sílabas, principalmente as finais. Assim, as palavras devem ser proferidas com uniformidade e clareza do princípio ao fim.

Um outro fator a ter em consideração é a interpretação que o locutor consegue fazer daquilo que lê, o locutor deve ter capacidade de persuasão, ainda que essa persuasão se limite ao nível da informação. Deve saber mudar o tom da sua voz sempre que necessário; deve valorizar determinados períodos da notícia ou enfatizar algumas palavras; deve transmitir o seu sentido dramático, lírico romântico e irônico. Estes são, invariavelmente, os principais atributos de um bom locutor.

O nível de instrução do locutor também é um fator importante. Ele pode possuir todas as qualidades necessárias a um bom locutor em termos de voz, dicção, interpretação, mas se não possui um nível cultural alargado será um péssimo locutor.

Finalmente, faz parte da boa apresentação do noticiário radiofônico a leitura antecipada e a revisão final do texto que irá ser transmitido. Esta revisão é necessária, por exemplo, para retirar quaisquer dúvidas relativamente à pronúncia de certas palavras. Além disso, dificilmente o redator escreve um texto perfeito, sem erros de português ou mesmo de dactilografia, seja por deficiências próprias, seja pelo volume e intensidade de trabalho. Assim, a leitura antecipada permite uma maior segurança do locutor que, ao entrar no ar, já se sente familiarizado com as notícias que irá ler.

### **1.5.6. A entrevista radiofônica**

O radiojornalismo moderno superou, praticamente, a longa entrevista que compreendia a análise de determinados problemas através do chamado "questionário" ao entrevistado por parte do repórter.

Hoje em dia, a entrevista, no seu sentido mais amplo, é um acontecimento radiojornalístico que sucede ocasionalmente e apresenta-se comumente inserida no corpo da notícia. A não ser em episódios circunstanciais, tais como desastres, incêndios e manifestações, onde o repórter parte em busca de informações suplementares daquele acontecimento e tenta apurá-las, a entrevista geralmente é montada na sequência de uma narrativa fundamentalmente noticiosa. Tecnicamente, o clássico entrevistador de rádio foi superado pelo que podemos considerar avanço tecnológico da recepção e trajetória da notícia (Meditsch & Zuculoto, 2008). Esta é mais uma das particularidades em que está perceptível o conceito de evolução nos meios de comunicação de massas, e em certas características específicas da rádio. Entretanto, seja tipicamente longa ou curta, essa entrevista radiofónica tem a sua técnica, cujos enunciados básicos segundo Meditsch e Zuculoto (2008) podem resumir-se através dos seguintes pontos: relativamente à informação o entrevistador, quando se propõe interrogar alguém sobre um determinado assunto, necessita de estar suficientemente bem informado sobre essa matéria, isto é, deve estar munido de todas as informações próximas ou remotas<sup>20</sup> e, para isso, nada melhor que a consulta de um arquivo de assuntos jornalísticos.

De acordo com Meditsch e Zuculoto (2008), na prática, tal facto é pouco usual mas não deixa de ser de extrema importância para o profissional que quer e necessita manter-se atualizado. Implícita estará a leitura de jornais e diversos documentos como rotina diária; a objetividade é outro fator que só poderá revelar-se quando as perguntas preparadas para uma entrevista radiofónica sejam elaboradas de uma forma clara, sintética, direta, firme e segura, enfim com todos os elementos que induzam o entrevistado a esclarecer objetivamente as situações que lhe são propostas, sem nunca menosprezar a consciência do primeiro plano. O repórter ou entrevistador, ao formular as perguntas e mesmo ao interferir na explicação do entrevistado, nunca deve invadir o chamado primeiro plano. Este é sempre o fato (a situação) que se examina e se tenta esclarecer, simbolizado pelo entrevistado que o apresenta. Considerando que o repórter é um mero intermediário entre o público recetor e o facto, o entrevistado representa o facto. Portanto, em primeiro plano está o entrevistado. Nesse sentido, as intervenções do repórter ou entrevistador, se não forem as de mero intermediário, se não procuram unicamente um maior esclarecimento do facto que está a ser examinado, constituem invasão do primeiro plano.

---

<sup>20</sup> E.g. entrevista a Carvalho da Silva líder da CGTP a 24 de Novembro de 2011 aquando a greve geral, que tinha sido realizada também há precisamente um ano atrás (24/11/2010). É necessário estar informado para comparar números entre outros dados e objetivos.

## 2. Segurança e Polícia

“ Vais ver-lhe a frota, as armas e a maneira  
Do fundido metal, que tudo rende;  
E folgarás de veres a polícia  
Portuguesa na paz, e na milícia” (Pereira, 1903, p.255).

Sendo uma temática frequente em estudos políticos e policiais a “segurança foi desde sempre uma necessidade humana” (Oliveira, 2006, p.53). Na verdade, segundo Clemente (2000, p.40), numa “sociedade actual, marcada pela globalização normalizadora e pelo estigma do egoísmo, ecoa o doce apelo à educação para a cidadania e à evangelização da cultura cívica no espaço urbano, aprofundando o sentimento de vizinhança em detrimento do individualismo desenfreado, porquanto muitos arautos da civilização ocidental defendem apenas o indivíduo, sem salvaguarda da relação de cada ser humano com o meio social envolvente. Neste quadro, a segurança faz parte do templo civilizacional” e seria impensável imaginar a vivência em comunidade sem a existência de uma ordem social e paz pública, baseada na liberdade e na segurança de cada um.

Deste modo, a segurança tem sido encarada “tão importante como a condição humana” (Guinote, 2005. p.957), caminhando de mãos dadas desde tempos remotos. A segurança deverá permitir o gozo pleno dos direitos, liberdades e garantia e não permitir a vivência do ser humano sob o espectro do medo.

O passar dos tempos mostra que este conceito foi cada vez mais debatido e explorado e a busca pela segurança “levou os seres humanos a construir o Estado enquanto comunidade e aparelho. Todas as sociedades desenvolvem a função policial, erguendo um aparelho coactivo, votado especificamente à prossecução dessa função. Deste modo, a actividade policial marca a história humana” (Clemente, 2000, p.40). A Polícia desempenha o papel crucial de garantir e manter a segurança dos cidadãos e dos seus bens, manifestando-se na sociedade como o longo braço da Lei, com competências específicas e cuja missão principal vem consagrada no art. 272.º, da Constituição da República Portuguesa (Canotilho & Moreira, 1993).

A polícia resultante de ser um órgão Estadual, uma autoridade pública e um dos fins a que este se propõe poderá ser encarada, como teoriza Max Weber (cit. in Clemente, 2000, p.40) “uma comunidade humana que (com sucesso) reivindica o monopólio do uso legítimo da força dentro de um determinado território”.

Nas palavras do Papa João Paulo II (1993, p.413) “a autoridade pública tem o seu fundamento na natureza humana”, e que o fim a que se deverá destinar “consiste em assegurar, quanto possível, o bem comum da sociedade” (João Paulo II, 1993, p. 417).

É de extrema importância que se atente ao facto de que sem autoridade pública a sociedade contemporânea e até mesmo a civilização humana se tornem numa utopia. Nesta perspectiva, Salazar (1991, p.103) encara a autoridade como “ um facto e uma necessidade”, e defende ainda a sua constante presença afirmando que esta “não desaparece a não ser para se reconstituir e não se combate a não ser para a depor noutras mãos”.

A constante evolução da sociedade e a transposição de um momento de barbárie para a civilização, que consubstancia a busca incessante pelo conhecimento é, segundo Clemente (2000, p.49), “a coroa de glória da autoridade civil, na sua versão pública”.

Como defende o mesmo autor, um dos fins da autoridade será a “obtenção da paz social, através da defesa dos interesses colectivos e na conciliação harmoniosa de interesses individuais divergentes” (Clemente, 2000, p.49).

Deste modo e como resultado do encadeamento destes ideais poderemos afirmar que à polícia (autoridade pública) cabe evitar a violação dos direitos pessoais e por força destes os direitos sociais de cada Homem, pilares básicos de uma sociedade democrática, justa e pacífica. Daí que no artigo 272º nº 1 da Constituição da República Portuguesa (Canotilho & Moreira, 1993, p.955) de epígrafe “Polícia”, se defina que esta “tem por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”.

Deste modo, poderemos defender que escrever “sobre polícia é escrever da humanidade civilizada” (Valente, 2009, p. 7).

São vários os autores, e ao longo de muito tempo, que se vêm a debruçar sobre o conceito de polícia. É comum considerarem a existência de duas perspectivas distintas: a perspectiva funcional ou material; e, a perspectiva orgânica ou institucional.

Na perspectiva material, a polícia é encarada como uma atividade, enquanto na perspectiva institucional a polícia é definida como sendo um serviço ou organismo público (Silva, 2004).

No que concerne ao sentido funcional ou material, Caetano (1980, p.1150) considerou a polícia como “o modo de actuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das actividades individuais susceptíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objecto evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir”.

Correia (cit. in Raposo, 2006, p.27) considera a polícia em sentido funcional como: “a actividade da Administração Pública que consiste na emissão de regulamentos e a prática de actos administrativos e materiais que controlam condutas perigosas dos particulares com o fim de evitar que estas venham ou continuem a lesar bens sociais cuja defesa preventiva através de actos de autoridade seja consentida pela Ordem Jurídica”.

Relativamente ao sentido orgânico ou institucional, Castro (1999) entende ser o “conjunto de órgãos e agentes pertencentes a serviços administrativos cuja função essencial consiste no desempenho de tarefas materiais de polícia” (p. 293).

Por seu lado, Correia (cit. in Raposo, 2006, pp.24-25) definiu polícia numa perspectiva orgânica como “todo o serviço administrativo que, nos termos da lei, tenha com a tarefa exclusiva ou predominante o exercício de uma actividade policial”.

Não obstante a perspectiva conceptual apresentada, considera-se que a polícia é administrativa em virtude do artigo 272º da Constituição da República Portuguesa (Canotilho & Moreira, 1993).

Tendo em conta o objeto da atividade policial, a polícia administrativa em sentido amplo poder-se-á distinguir entre polícia judiciária e polícia administrativa em sentido restrito (Caetano, 1980).

Segundo o artigo 18º do Código Francês dos Delitos e Penas (cit. in Raposo, 2006, p.29) “a polícia administrativa tem por objecto a manutenção habitual da ordem pública em toda a parte e em todos os sectores da administração geral. O seu fim é principalmente, o de prevenir os delitos. A polícia judiciária, investiga os delitos que a polícia administrativa não impediu que se cometessem, reúne as respectivas provas e entrega os autores aos tribunais encarregados por lei de os punir”.

Quanto à polícia administrativa em sentido restrito, divide-se em dois tipos: polícia administrativa geral e especial.

Em relação à polícia administrativa geral, Caetano (1980, p.1154) definia como “a actividade policial que visa a observância e a defesa da ordem jurídica globalmente considerada” e polícia administrativa especial aquela que tem como objetivo “a observância e a defesa de determinados sectores da ordem jurídica”.

A *posteriori*, Sousa (2003, pp.74-75) considerou igualmente a existência de tais tipos de polícia administrativa definindo-os como todas as entidades “com vacação universalista num determinado território” e como “polícia especializada num determinado objecto, mais ou menos determinado”.

Considerando os conceitos de polícia apresentados deve considerar-se a P.S.P. como uma polícia administrativa geral (Valente, 2009). Segundo o mesmo autor, esta consideração resulta da força de segurança não desenvolver em exclusivo

uma atividade específica, e ainda que desenvolva funções especiais de investigação criminal, a mesma tem como orientação o objetivo da manutenção da ordem, segurança e tranquilidade públicas – ação de prevenção e não de repressão criminal – de maneira que não poderá ser considerada uma polícia judiciária em sentido estrito do termo (Valente, 2009).

## 2.1. A Polícia e a Ordem Pública

À Polícia de Segurança Pública cabe então como explanado anteriormente a manutenção da ordem, segurança e tranquilidade públicas, no entanto o conceito de ordem pública afigura-se suscetível de várias aceções. Clemente (2000,p. 269) defende que “não existe uma noção única de ordem pública”, mas que esta é deveras necessária na sociedade pois “representa o princípio da segurança sem o qual não há justiça, nem paz, nem sequer convivência social pacífica em liberdade, ou seja, a ordem pública não é um fim em si mesma” Clemente (1998, p. 111).

À polícia de segurança pública cabe então a tarefa da manutenção da ordem pública, e para tal função a polícia adopta hoje um modelo de policiamento comunitário.

Este modelo de policiamento foi criado por Sir Robert Peel aquando do surgimento da Polícia Metropolitana de Londres, no Reino Unido. A filosofia inerente a este modelo tem por base o princípio de que “a polícia é o público e o público é a polícia” (Oliveira, 2006, p.120), e consubstancia a atuação policial como forma de realização e melhoria da qualidade de vida, como forma de resolver os problemas ou desordens que interferem na paz comunitária e sempre visando a colaboração e cooperação com o “público”.

Tendo em consideração que este trabalho se desenvolve com vista a investigar uma condição num cenário de grandes eventos de cariz político, ao proceder à manutenção da ordem pública em eventos dessa natureza, a P.S.P. adota um papel preventivo e de negociação. Com a adoção deste modelo de policiamento os resultados serão a solidificação do modelo comunitário, e o afastar “da ideia do confronto e da escalada de força em prol (...) de uma atitude mais tolerante”<sup>21</sup> (Waddington, 2007, p. 190).

---

<sup>21</sup> Segundo o Relatório Anual de Segurança Interna (2011), no ano de 2011 a polícia pode demonstrar e aplicar este modelo em 702 operações de maior relevo, que visavam assegurar o regular exercício de direito de reunião e manifestação: segurança dos intervenientes, regularização do trânsito, prevenção geral e manutenção da ordem pública. Os

## 2.2. A Polícia e os Órgãos de Comunicação Social

O ser humano, dotado de inteligência, procurou formas, durante toda a História, de vencer os obstáculos impostos pela natureza. Desta forma, foi desenvolvendo e inventando instrumentos tecnológicos com o objetivo de superar dificuldades. A Polícia de Segurança Pública é, como definiu o Ministro da Administração Interna, uma entidade moderna<sup>22</sup>, e devido a tal característica assumiu ao longo da sua história um carácter adaptativo e evolutivo. A Polícia de Segurança Pública não é uma instituição estanque e procura acompanhar as necessidades da sociedade.

A sociedade contemporânea é, por Marshall McLuhan (1964) definida como uma aldeia global, e como tal designada por Machlup (1962) como a sociedade da informação. Por estes motivos, a Polícia de Segurança Pública criou normas e instituiu procedimentos de forma que a relação com os órgãos de comunicação social (*dominus* da informação) seja saudável e satisfatória relativamente às necessidades informativas desses mesmos órgãos e, conseqüentemente, da sociedade.

A relação com os órgãos de comunicação social está bem demarcada através do Gabinete de Relações Públicas da Polícia de Segurança Pública, que tem delineados os procedimentos que devem ser tidos em consideração quando exista uma interação mais direta com algum OCS.

No entanto, esta relação não se extingue aqui, existe por parte dos profissionais da Polícia de Segurança Pública a responsabilidade e até a missão que lhes foi confiada de estarem presentes no dia-a-dia da população, quer seja através das redes sociais (Facebook, Twitter) ou do *site* da instituição, apresentando sempre uma imagem uniformizada, moderna e profissional e divulgando temas, conselhos e notícias atuais relacionados com a atividade policial e com o cidadão através desses canais sociais.

No entanto, e com o objetivo de servir o cidadão a Polícia de Segurança Pública, em situações de grandes eventos e outras situações fora do quotidiano, não se limita a garantir a segurança *in loco*. A sua preocupação passa também por emitir

---

efetivos policiais, empenhados exclusivamente para o efeito, ascenderam a 9.277. [http://www.portugal.gov.pt/media/564302/rasi\\_2010.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/564302/rasi_2010.pdf)

<sup>22</sup> Em direto para a rádio TSF no dia 25/11/2011 às 13:00 horas.

informações que possam vir a facilitar a vivência social, como é o caso de cortes de trânsito<sup>23</sup> e certas atividades<sup>24</sup> que possam vir a causar constrangimentos.

É de todo importante que este triângulo entre Polícia, órgãos de comunicação social e sociedade se consubstancie numa relação de cooperação, contudo a evolução neste sentido continua, e sinónimo disso é a atual decisão do Ministro da Administração Interna em promover encontros entre a Polícia e os OCS, com o intuito de facilitar e melhorar a cobertura de grandes eventos e de determinadas manifestações.

### 3. Problema de investigação

À medida que a sociedade se desenvolveu e se foram implementando princípios de ideologia democrática, principalmente no que toca ao direito da liberdade de expressão, as formas de comunicação e os conteúdos foram-se modificando.

Com o emergir tecnológico no século XX, o acesso aos conteúdos dos meios de informação tornou-se mais fácil, tal como o processo de difusão de mensagens. Mantém-se, no entanto, a necessidade de determinar, com o máximo rigor científico, o conteúdo das mensagens difundidas, especialmente aquelas que têm como origem ou intermediários os meios de comunicação de massas. Segundo Champagne (1990, p.47), “ a opinião pública é uma ideologia profissional que representa apenas aqueles a que a ela se referem. É a expressão da opinião na política por pequenos grupos sociais cuja profissão é produzir opiniões”.

Os poderes dos *mass media* são amplamente reconhecidos na literatura respeitante à produção de notícias, seja por mediatizar acontecimentos previamente selecionados ou por enquadrar determinadas temáticas que se tornam objeto de discussão pública e de “construção do real”. (Barreiros, 1989; Correia, 2000; Traquina, 2002). Tendo em conta os aspetos mencionados, escolhemos as notícias emitidas através da rádio como fonte documental, para o estudo, já que é um meio de comunicação social que abrange todos os espectros da sociedade, é um meio de comunicação permanente e com certas características mui sui generis, que lhe confere um grande número de audiência (que tem vindo a aumentar nos últimos dez

---

<sup>23</sup> E.g. o caso da visita de Sua Santidade o Papa <http://www.psp.pt/Documentos%20Varios/Dossier%20Papa.pdf>

<sup>24</sup> Exemplo do regime de exceção adotado quanto a revistas de segurança em vários Centros comerciais antes e durante a cimeira da Nato <http://www.psp.pt/Documentos%20Noticias/2010-11-16%20Dossier%20NATO.pdf>

anos<sup>25</sup>) no universo dos órgãos de comunicação social. Os grandes eventos de cariz político, enquanto movimentos que fazem parte integrante da sociedade, não podem nem são menosprezados por este órgão de comunicação (Meditsch & Zuculoto, 2008).

Os grandes eventos supramencionados caracterizam-se pelo seguinte, de acordo com o proposto pela EU-SEC (2007): têm um grande significado histórico, político ou de popularidade; risco de apoiantes/ manifestantes; dispersão/concentração de outros eventos que possam ocorrer durante a realização do grande evento; grande número de pessoas; grande cobertura por parte dos *media*; grande presença de VIP'S (políticos, atletas, artistas, etc.). No entanto, é relevante mencionar que não é necessário consubstanciar-se em todas estas características para que se possa classificar um acontecimento como grande evento.

Se por um lado a rádio noticia a temática dos grandes eventos, e de todos os seus intervenientes como a polícia, os manifestantes os promotores etc., ela também explora e veicula uma “imagem” para os ouvintes, que pode ou não ser congruente com a realidade. Este foi também um tema abordado e refletido *a priori* no nosso enquadramento teórico.

A preocupação deste estudo prende-se, deste modo, à forma como a realidade da atuação policial, em grandes eventos de cariz político, é construída dentro e por um discurso cultural específico e particular, visto que para muitos o único modo de contactarem com estes temas e acontecimentos é apenas através do radiojornalismo. Além disto, é do nosso intento destacar, os esquemas interpretativos que são emitidos para toda a sociedade fornecendo grelhas de compreensão sobre os fenómenos. Procuramos assim, auxiliar a instituição policial, quanto à perceção pública da sua atividade, de modo a que com esses dados seja possível melhor adaptar planeamentos e técnicas de intervenção, em grandes eventos deste cariz.

---

<sup>25</sup> Os dados utilizados nesta constatação constam da publicação Uma década de audiências em Portugal do grupo marktest. [www.marktest.com](http://www.marktest.com)

## II. Método

### 1. Uma abordagem qualitativa

De um modo bastante resumido, pode dizer-se que a diferença entre a abordagem quantitativa e a abordagem qualitativa está no facto de que a primeira pretende estudar relações de causa efeito, enquanto a segunda ambiciona a descrição, descodificação e interpretação de fenómenos e realidades em determinados contextos (D'Oliveira,2005).

Denzin e Lincoln (1994, p.2) definem a abordagem qualitativa como um “multi-método em foco, que envolve uma abordagem interpretativa e naturalística da matéria subjetiva. Isto significa que os investigadores qualitativos estudam coisas no seu contexto natural, procurando o sentido ou a interpretação de um fenómeno em termos dos significados que as pessoas trazem até eles”.

Este trabalho segue uma abordagem qualitativa, é exploratório e é descritivo. Qualitativo, porque se pretende descrever descodificar e interpretar a informação emanada pela rádio relativamente à atuação policial em grandes eventos de cariz político; exploratório, porque ambicionamos explorar o tema e adquirir um conhecimento mais aprofundado sobre o modo como se elaboram e emitem as notícias relativas à atuação policial no contexto dos grandes eventos políticos; e, descritivo, porque é através da análise que pretendemos alcançar os objetivos, oferecendo uma descrição da realidade, não se pretendendo emitir quaisquer juízos de valor.

### 2. *Corpus*

De entre os vários estilos de pesquisa aquele que mais se adequa ao nosso trabalho é o estudo documental. Este facto é facilmente justificável através da perceção do nosso *corpus* de análise, ou seja, o material que serve de base ao nosso trabalho, as fontes documentais que utilizámos são as notícias emitidas através da rádio. O *corpus* de análise é constituído por 44 notícias emitidas pela Rádio Renascença, TSF e Antena1. Durante um ano de 1 Janeiro de 2011 a 31 de Dezembro de 2011. Para aceder às notícias relativas à atuação policial em grandes eventos de cariz político foram utilizados os descritores “rasca”, “manifestação”, “policiamento”, “indignados”, “policia”, “protesto”, “P.S.P” e “greve geral”, inseridos na base CISION.

### 3. Análise de conteúdo

Como defende Ferreira (2000), um passo essencial para quem faz uma pesquisa é a escolha do modo de analisar os dados. Independentemente de haver poucos trabalhos sobre a percepção dos *media* da atividade policial em grandes eventos de cariz político, o nosso objetivo é conhecer este fenómeno qualitativamente e “nas pesquisas qualitativas que se referem às ciências Sociais e Humanas, uma das opções é fazer uma análise de conteúdo” (Ferreira, 2000, p.13). Deste modo a análise de conteúdo apresenta-se como o instrumento mais útil para o nosso estudo.

Ghiglione e Matalon (1992) em consonância com Krippendorff (1980) referem-se à análise de conteúdo como um instrumento da mesma forma que Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut (1995) e Bardin (2008, p.31), que o encara como “um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações”.

Ainda segundo Berelson (cit in Bardin, 2008, p.38), é “uma técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações”. Já Krippendorff (1980) considera a análise de conteúdo como uma técnica que possibilita a replicação e inferência de dados de forma válida. Bardin (2008, p.44) completa a definição do processo de análise de conteúdo como sendo um “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ receção (variáveis inferidas) destas mensagens”.

Deste modo, a inferência<sup>26</sup> admite a interpretação dos dados contextualizados, apontando uma análise de conteúdos que não se limita apenas ao estudo da linguagem e do discurso em si, mas também das características das condições da sua produção. Bardin (2008, p.31) considera a análise de conteúdo ajustável a todas as formas de comunicação, já que se trata de um instrumento que “enriquece a tentativa exploratória e aumenta a propensão para a descoberta”.

Os objetivos desta técnica segundo Bardin (2008) são o transpor da incerteza e o enriquecimento da leitura, isto através do estudo de conteúdos e estruturas de documentos de modo a esclarecer os elementos e significações que podem potenciar a descrição de novos mecanismos hipotéticos.

---

<sup>26</sup> “inferência é uma operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições já aceites como verdadeiras” (Bardin, 2008, p.39).

Além disso, a análise de conteúdo procura os verdadeiros significados que estão implícitos nas mensagens de modo que concebe um novo sentido à comunicação e à linguagem, permitindo ainda caracterizar as suas condições de produção (Vala, 1986). Já Krippendorff (1980, p.27) afirma que através da análise de conteúdo o que se pretende é “fazer inferências a partir dos dados, sobre certos aspetos do seu contexto e justificar essas inferências em termos de conhecimento dos fatores estáveis num sistema de interesses. É através deste processo que os dados passam a ser reconhecidos como simbólicos”.

Entre as principais vantagens desta técnica, podemos apontar o facto de poder ser utilizada em material que não tem como finalidade a investigação empírica, deste modo o mesmo não se encontra enviesado em relação aos objetivos do estudo. Isto permite o estudo de mensagens, entrevistas, fontes documentais etc., uma vez que acede ao material sem o modificar. Deste modo é considerada uma técnica não obstrutiva da informação, sensível ao contexto e que pode ser alargada a diversos campos de aplicação (Bardin, 2008; Krippendorff, 1980; Vala, 1986). Além destas vantagens Weber (1990) defende a possibilidade desta técnica criar indicadores quantitativos provenientes de mensagens ou dados qualitativos considerados num certo contexto.

Para se utilizar a análise de conteúdo deve-se respeitar vários passos que asseguram a sua fiabilidade e validade (Bardin, 2008; Weber, 1990). Conforme Vala (1986), o primeiro passo baseia-se na definição de um quadro teórico de referência para *a posteriori* se delinear o *corpus*. Sucede-se a pré-análise, caracterizada por Bardin (2008), como uma fase inicial de organização e sistematização do processo de análise. De seguida deve-se ter em conta a definição das categorias relacionadas com o objeto em estudo, onde se inserem as unidades de análise ou de registo (u.r.) procedendo à organização e agregação das unidades de análise em categorias (Vala, 1986). As u.r. dizem respeito às unidades de significação que devem ser codificadas e que correspondem ao “segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial” (Bardin, 2008, p.130).

Este processo de categorização é referido por Bardin (2008, p.145) como uma “operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos “e engloba a definição de categorias que pode ser desenvolvida por procedimento fechado ou aberto (Ghiglione & Matalon,1992) ou através de um procedimento misto (Pais 2004).

A fiabilidade reporta ao grau de confiança ou de exatidão da informação obtida e está diretamente relacionada com o codificador e com o próprio instrumento, isto é,

com todo o processo de codificação. Ghiglione e Matalon (1992, p. 197) consideram que “os resultados devem ser independentes daqueles que os produzem”. Para que se evitem interpretações distintas do mesmo conteúdo, o analista deve proceder a várias leituras em vários momentos distintos, de forma a assegurar a fiabilidade intra-codificador, bem como solicitar a leitura e codificação de um conjunto de juízes independentes, eliminando possíveis divergências nas diferenças de codificação, certificando que também a fiabilidade inter-codificador é respeitada (Ghiglione & Matalon, 1992; Vala, 1986).

Relativamente ao instrumento o analista deve garantir que as categorias não são ambíguas, de maneira a que se possam classificar as u.r. com rigor e certeza (Ghiglione & Matalon, 1992).

Aqui, o investigador deve ter em conta os critérios de exaustividade, ou seja, todas as u.r. devem ser colocadas numa das categorias, sem deixar nenhuma palavra fora das unidades de registo; e de exclusividade, uma vez que a mesma unidade de registo apenas deve ser inserida numa só categoria (Bardin, 2008; Vala, 1986).

Já a validade compreende todas as fases da análise de conteúdo, onde o analista deve ter o cuidado em assegurar que mede o que realmente quer medir (Vala, 1986; Weber, 1990). A validade do instrumento é definida por Ghiglione e Matalon (1992, p. 198) como sendo a “adequação entre os objectivos e os fins sem distorção dos factos”. Segundo Krippendorff (1980), para que o procedimento seja replicável e consistente, as regras inerentes ao processo devem ser explícitas e aplicadas igualmente em todas as unidades de análise, em todos os documentos.

## 4. Procedimento

A pesquisa e a conseqüentemente recolha do material que *a posteriori* se constituiu como o *corpus* desta investigação, esteve sujeito a determinadas normas. Iremos de seguida explicitar todo o percurso da constituição do *corpus* de modo a que se compreenda essa definição.

O *corpus* deste estudo é fundado nas notícias difundidas pela Rádio Renascença, TSF e Antena1, compreendidas no período temporal definido de 1 de Janeiro de 2011 a 31 de Dezembro de 2011, isto é, do ano transato. O acesso a essas notícias foi estabelecido através da base CISION MAI. É um serviço online que disponibiliza toda a informação emanada através dos *media* relativamente a qualquer assunto que diga respeito à administração interna. Para tal, foi necessário solicitar o acesso junto do Gabinete de Relações Públicas da P.S.P. (vd. Anexo 1). A pesquisa foi efetuada mediante a definição no campo de pesquisa avançada, em primeira

instância do hiato temporal, posteriormente do “tipo de meio” que seria a rádio, no campo “âmbito” seria nacional e por último a “pesquisa por texto” no qual foram inseridos os descritores “manifestação”, “policiamento”, “polícia”, “protesto” “manifestação”, “rasca”, “indignados” e “greve geral”.

Desta forma o resultado obtido foi de 295 notícias relativas ao descritor “manifestação”, 13 em “policiamento”, 452 em “polícia”, 670 em “protesto”, 499 em “PSP”, 69 em “rasca”, 61 em “indignados”, e 346 em “greve geral”, perfazendo um universo de 2405 notícias.

No entanto, nem todo este universo noticioso é proeminente para o estudo em causa e como tal recorreremos a certos filtros e regras de modo a definir o *corpus* mais adequado. Em primeira instância recorreremos à supressão de todas as notícias emitidas por outras rádios que não as adstritas ao nosso estudo. A amostra foi então reduzida em 20 unidades. A aplicação do filtro relativo à duplicação dos números de identificação surge no momento seguinte com o objetivo de suprimir as notícias duplicadas em razão de no seu conteúdo constar em dois ou mais descritores. Com esta medida o *corpus* ficou reduzido a 530 notícias. Posteriormente o filtro foi aplicado em razão dos eventos, considerando deste modo apenas notícias respeitantes às manifestações de 12 de Março (Geração à Rasca), 19 de Maio (CGTP), 29 de Maio (CGTP), 15 de Outubro (Indignados), 24 de Novembro (Indignados) e 26 de Novembro (Indignados), resultando num total de 62 notícias. Contudo a constituição do *corpus* só estaria findado aquando da averiguação de que nas notícias se considerava a atuação policial. Daí que o *corpus* do nosso estudo compreenda 44 notícias.

Recolhido o material, procedeu-se à análise do conteúdo com base numa grelha de categorias (Vd. Anexo 2) por nós elaborada de modo a que se “revisse” nos nossos intentos. É no entanto necessário ressaltar que esta grelha teve como “base”, isto é, teve em consideração as grelhas de análise de conteúdo utilizadas nos trabalhos de Fernandes (1997) e de Mealha (2009).

A utilização desta grelha categorial privilegia a repetição e frequência das temáticas abordadas, inserindo-as em categorias e subcategorias, analisando-as posteriormente em conjunto (Bardin, 2002). De referenciar também que neste trabalho foi utilizado um procedimento misto (Pais, 2004), como tal, as grelhas podem ser alvo de modificações mediante o possível surgimento de novas subcategorias.

As regras de fiabilidade e de validade foram sempre consideradas por quatro juizes independentes igualmente como os critérios de exaustividade e exclusividade mencionados *a priori*. A codificação de registos foi feita num momento posterior (Bardin, 2002) tal como a respetiva contagem, “descendo-se” de novo às unidades de

registo com o intuito de refinar a análise (Pais, 2004). Na fase de tratamento de resultados foram feitas inferências e interpretações.

### III. Apresentação e discussão dos resultados

## 1. Análise qualitativa e discussão, da atividade dos OCS em grandes eventos de cariz político

### 1.1. Distribuição da produção de notícias no ano de 2011

Procedendo ao escrutínio das 44 notícias relativas à atuação policial em grandes eventos de cariz político, *a priori* definidos e conforme a tabela de distribuição de notícias (vd. Anexo 3), é possível identificar uma maior cobertura desses acontecimentos no último trimestre do ano civil de 2011. Notório o facto de entre 13 de Maio e 14 de Outubro não existirem quaisquer notícias (relevantes para este estudo), apesar de dois eventos (19 de Março e 29 de Maio) se encontrarem inseridos nesse intervalo temporal. Isto derivado ao facto das notícias decorrentes destes eventos não fazerem qualquer menção à atividade policial, embora esta estivesse empenhada nesses acontecimentos. É também digno de referência o facto das notícias que contemplam o nosso *corpus* se constituírem maioritariamente no dia anterior, no dia subsequente e no próprio dia do evento, o sentido de imediatismo está assim assegurado se tivermos em consideração que a maior parte das notícias se refere ao desenrolar dos acontecimentos *in loco*.

Muitas circunstâncias poderão estar relacionadas ou até mesmo serem fatores justificativos para esta situação. Atentemos ao facto das eleições legislativas se terem concretizado no dia cinco de Junho de 2011: antes delas temos três eventos com interesse para esta pesquisa e outros três após. Aliás, como pode ver-se de acordo com a tabela de distribuição das notícias, apenas um dos pertencentes ao primeiro semestre se releva com notícias concernentes à atuação policial (vd. Anexo 3), constituem 93 % das notícias do *corpus*. É necessário constatar que as políticas implementadas pelo mais recente Governo fazem parte dos motivos referenciados como promotores da contestação social e consequentemente justificativas deste volume de notícias.

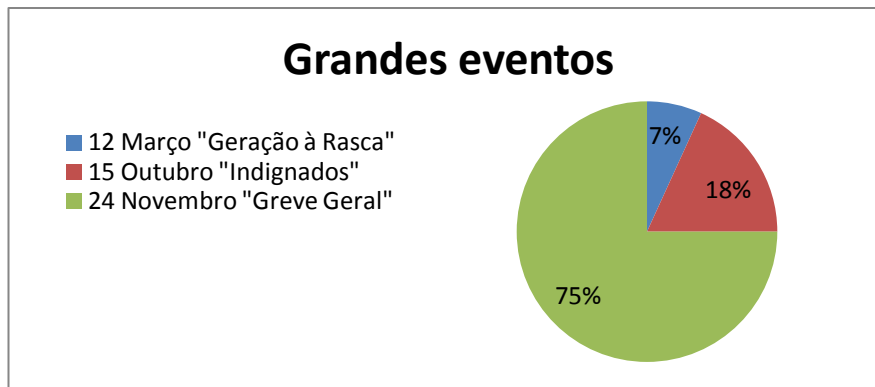


Figura 1. Gráfico relativo à cobertura dos Grandes Eventos

## 1.2 A cobertura mediática

Analisando o produto radiojornalístico emitido pelas rádios: Antena 1, TSF e Rádio Renascença é possível constatar que a Antena1 é a que menos retrata a atividade policial; antagonicamente a Rádio Renascença é a que mais notícias emite onde é referida essa atividade e com 32% do *corpus* surge a rádio TSF. Um sinal de que a cobertura destes eventos não é feita de forma absolutamente equitativa. Poderemos deste modo referir que nem todos os órgãos de comunicação social encaram o acontecimento com o mesmo valor-notícia, resultando numa cobertura deste tema com maior prevalência em certas emissoras em detrimento de outras.

Estes números poderão ser um indício de que a teoria do espelho não será de todo aplicável já que os jornalistas encaram o acontecimento de forma diferente do que é a realidade. Apesar desses atores afirmarem que são perfeitamente imparciais e se reverem na teoria do espelho, exemplo disso é a seguinte declaração feita por um jornalista: “mas ficaram os ouvintes com algumas fotografias tiradas pelos repórteres”<sup>27</sup>. Posto isto, se todos encarassem o acontecimento analogamente não era possível esta discrepância constatada na Figura 2.

Outros fatores poderão ser justificação para os dados obtidos. É provável que a teoria da ação pessoal ou também designada como teoria do *gatekeeper* estivesse presente aquando da seleção das notícias para posterior difusão.

Além destes dois fatores de âmbito individual potencialmente definidores dos resultados obtidos, poderá também “entrar em cena” a teoria que implica uma perspetiva organizacional. Através da designada teoria organizacional poderemos referenciar que os dados apresentados variam de acordo com as normas da política

<sup>27</sup> Notícia nº 40 do corpus deste estudo, *Greve Geral id. 38740553* emitida no dia 24-11-2011 pela rádio TSF.

editorial da organização, transformando-se num produto das organizações e não num produto direto da realidade.

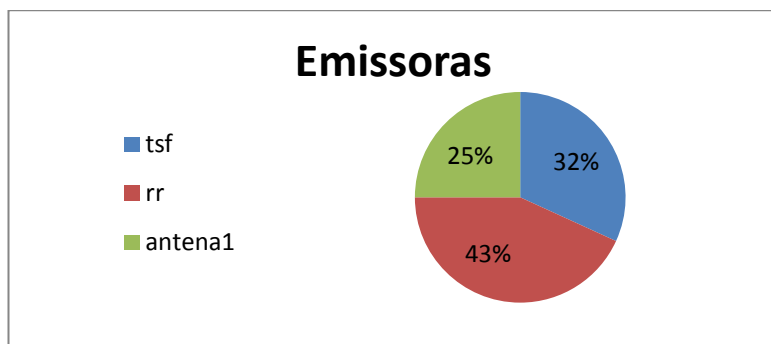


Figura 2. Gráfico percentual relativo à distribuição das notícias pelas emissoras

## 2. Análise qualitativa e discussão da percepção dos *media* quanto à atividade policial em grandes eventos de cariz político

### 2.1 Visão Geral

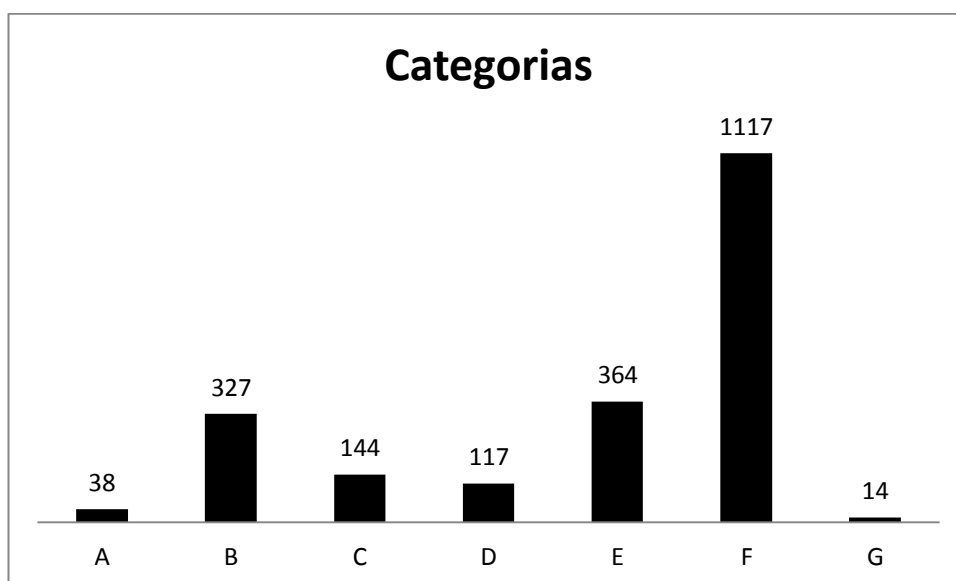


Figura 3. Gráfico relativo à ocorrência de cada categoria

Analisando as peças radiofónicas segundo os critérios do nosso manual de codificação, (vd. Anexo 4) a categoria que mais avultou foi a referente ao enquadramento/descrição (F), categoria que contempla todas as u.r. que descrevem ou caracterizam o evento em causa. É uma categoria retratada com 52,664%, um valor correspondente a 1117 u.r, valor deveras merecedor de alguma reflexão e que

vem de acordo com o explanado *a priori* quando atentamos às técnicas de elaboração de uma notícia radiofónica. O respeito de duas das seis normas enunciadas segundo Meditsch e Zuculoto (2008) acarreta conseqüentemente o constatado no gráfico anterior. A necessidade da notícia radiofónica em primar por tentar esgotar o assunto no menor tempo possível, poderá ser um fator explicativo de tais resultados, já que o assunto capital da maioria das notícias é sem dúvida o grande evento. Além desta condição poderá estar também estreitamente relacionado com estes resultados o facto da imprensa ser conotada com um meio de análise, enquanto a rádio está mais relacionada à síntese, de acordo com Bessa (2004), assim é correto afirmar que o jornalista opta por uma vertente de maior descrição e mais direcionada ao evento principal.

A categoria atinente ao discurso indireto surge em segundo lugar com uma percentagem de 17,162% referente às 364 u.r., bastante menor que a atribuída ao enquadramento/descrição. Nesta categoria codificam-se todas as declarações proferidas pelos diversos atores através das palavras dos jornalistas. É um resultado que conjugado com os dados concernentes ao discurso direto (6,789% correspondente a 144 u.r.) poder-nos-á levar a refletir e a levantar a hipótese de os jornalistas utilizarem mais este tipo de discurso com o objetivo de simplificar as declarações proferidas de modo a que a mensagem seja perceptível por todo o público da rádio. Já que essa é também uma das características das notícias radiofónicas.

Com o valor de 15,417% e 327 u.r. surge a categoria P.S.P., respeitante a toda informação relacionada com a Polícia, proferidas por qualquer ator. Pretende-se aceder especificamente ao modo como a Polícia é caracterizada, no contexto da sua ação nos grandes eventos.

Seguidamente tem realce a categoria respeitante ao discurso direto, já abordada anteriormente. Ulteriormente surge a categoria (D) com a pretensão de perceber quais as instâncias que entram em cena quando se fala da atuação policial em grandes eventos de cariz político com uma amostragem de 5,516%.

A categoria atinente aos manifestantes apresenta um valor de 1,792% e é onde se incluem todas as informações acerca das características desses atores presentes nos eventos bem como acerca dos circunstancialismos que os levaram a participar. É sucedida pela categoria denominada sistema explicativo espontâneo e também a menos referenciada com apenas 0,660%. Nesta categoria são contabilizadas todas as u.r. onde são realizadas referências, de forma subjetiva, que digam respeito a atribuições e causalidades implícitas para descrever as diversas ocorrências em grandes eventos, geradas pelos jornalistas ou reformuladas a partir das fontes.

A justificação para que esta última categoria detenha estes valores advém do facto de apenas termos acesso à informação que os *media* desejam transmitir, isto é, algumas entrevistas podem ter sido objeto de “cortes” e de certa forma terem sido manietadas. Constatamos essa situação em certas reportagens em que o jornalista utiliza parte do discurso de um líder sindical, para no fundo justificar uma ideia que poderá não ser o reflexo da realidade. No entanto é-nos difícil apurar todas as situações relativas ao sistema explicativo espontâneo já que não possuímos o acesso à entrevista original.

## 2.2 Quanto aos manifestantes

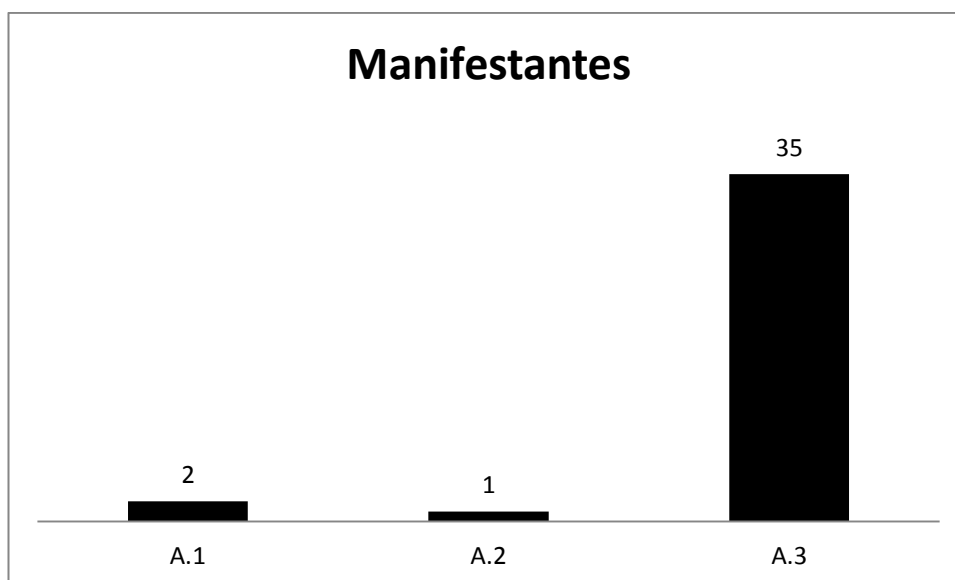


Figura 4. Gráfico relativo à ocorrência das subcategorias da categoria Manifestantes

A categoria de título manifestantes está dividida em três subcategorias: A.1 intitulada de razões intrínsecas na qual se enquadram todas as u.r. que digam respeito aos motivos pessoais ou familiares apresentados como justificativos da participação no evento. Neste caso em particular foram apenas duas as u.r. (correspondente a 5,263%). Na A.2 incluem-se todas as u.r. respeitantes aos motivos de ordem social, política e/ou ideológica apresentados como justificativos para a participação nos eventos, é uma subcategoria que sobrevém somente uma vez (2,632%). Na subcategoria A.3, aquela que assume 92,105% das u.r. concernentes à categoria, são

pretendidas todas as u.r. que caracterizem os manifestantes e a sua participação no evento.

### 2.3 Quanto à Polícia de Segurança Pública

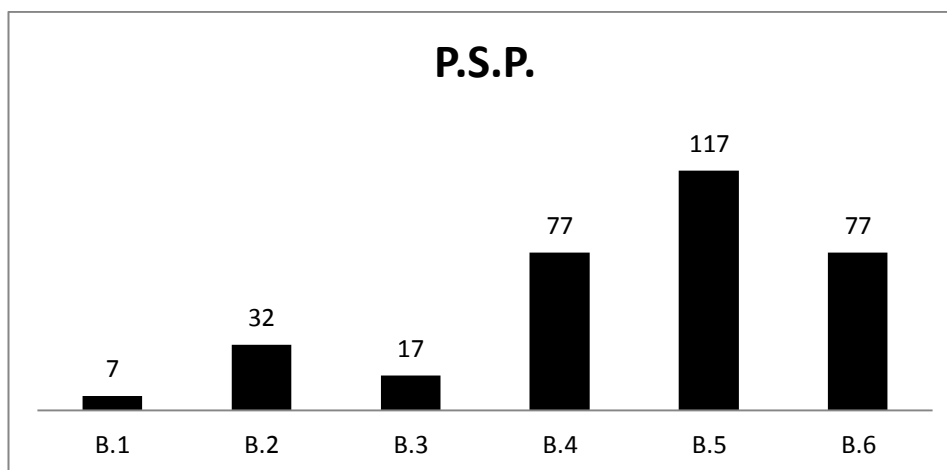


Figura 5. Gráfico relativo à ocorrência das subcategorias da categoria P.S.P.

Quando pretendemos aceder ao modo de como é caracterizada a polícia no contexto dos grandes eventos de cariz político, é referida maioritariamente a descrição da atuação (B.5) com um total de 35,780% ou 117 u.r. sendo as atividades relativas à manutenção e reposição de ordem pública as mais referenciadas nestes eventos. Os motivos da atuação (B.4) surgem a par com os resultados/consequências da atuação com 77 u.r., ou seja, 23,547%. Os motivos da atuação contemplam maioritariamente provocações e desobediência às autoridades, enquanto se nos referimos aos resultados/consequências da atuação estamos maioritariamente a falar em detenções.

A subcategoria referente à subunidade/origem dos elementos policiais nos 9,786% em que é detetada, indica o corpo de intervenção como a mais proeminente. Esta é sem dúvida alguma, a subunidade mais referenciada neste tipo de manifestação apesar de não serem os únicos elementos policiais presentes.

O dispositivo policial faz referência ao enquadramento dos polícias *in loco*. Esta subcategoria surge com 17 u.r. correspondente a 5,199%. O dispositivo a que mais vezes se faz menção é ao cordão policial, resultado totalmente compreensível já que só uma ínfima parte dos atores tem acesso ao manual de ordem pública e tem formação nessa área que possibilita fazer a distinção entre vários dispositivos de ordem técnico-policial.

Com o menor número de u.r. e com apenas 2,141% surge a subcategoria relativa ao nº de elementos. A quantidade de u.r. poderia ser bastante superior, não o

é devido à política institucional da P.S.P. que não revela os números. Esta não divulgação dos números é explicada como um motivo estratégico, em prol da segurança.

## 2.4 Quanto ao Discurso Direto

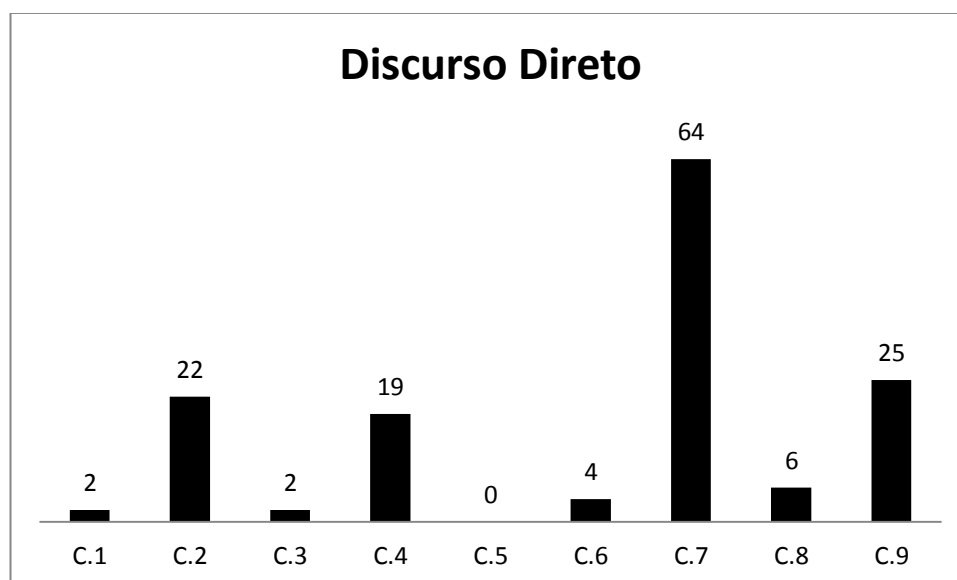


Figura 6. Gráfico relativo à ocorrência das subcategorias da categoria Discurso Direto

Através desta categoria codificam-se todas as declarações proferidas por quaisquer atores em discurso direto, pretendendo-se deste modo aceder a quem é que o OCS dá voz, isto é, quem fala. Deste modo foi possível apurar que com 64 u.r. e 44,444% encontra-se a subcategoria sindicatos (C.7) correspondente às declarações proferidas por elementos dos sindicatos. São vários os elementos dos sindicatos que falam em discurso direto mas existem dois mais proeminentes, Carvalho da Silva líder da CGTP e João Proença líder da UGT.

A subcategoria que se segue em razão do número de 25 u.r. correspondente a 17,361% é a intitulada por outros (C.9). Nesta subcategoria codificam-se todas as declarações proferidas por outras pessoas que não se enquadrem em qualquer outra das subcategorias de C. Neste caso não existem alguma u.r. que se releve em relação às outras.

Com 15,278% surge a subcategoria fonte policial que representa todas as declarações proferidas em discurso direto por qualquer elemento policial. Existe então neste caso um elemento sobressaliente, esse individuo está como não poderia deixar de ser relacionado com a figura de porta-voz da instituição.

A subcategoria membros do governo (C.4) com o número de 22 u.r. e 13,194% aparece na maioria das vezes representada pela figura de Miguel Relvas, Ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares.

Aquando uma manifestação ou o decorrer de um grande evento de cariz político é natural que se usufruam de certos direitos, como o da liberdade de expressão. Direito este que proporcionou o enquadramento de 6 u.r. na subcategoria palavras de ordem atinente a 4,167%. A maioria das palavras de ordem advém da conjuntura política e económica atual do país, e fazem referência a políticos portugueses.

A subcategoria atinente ao organizador do evento/representante de movimento/plataforma, surge apenas com o valor de 4 u.r. O facto de 70% das notícias do nosso *corpus* serem referentes à greve geral, influência em muito o volume de u.r. já que as rádios intitulam os responsáveis pela greve como membros dos sindicatos. Como na verdade também o são. Devido a cingirmo-nos apenas às informações que a rádio transmite maioritariamente os organizadores do evento são colocados na subcategoria sindicatos.

Quem menos tem voz na rádio aquando se verifica a atuação policial em grandes eventos de cariz político são os políticos não pertencentes ao Governo, e os manifestantes. Já que apenas registam 1,389%, o equivalente a 2 u.r. Seguidamente e por último surge a subcategoria C.5. respeitante aos peritos/comentadores/especialistas sem qualquer registo em discurso direto.

## 2.5 Quanto às Instâncias

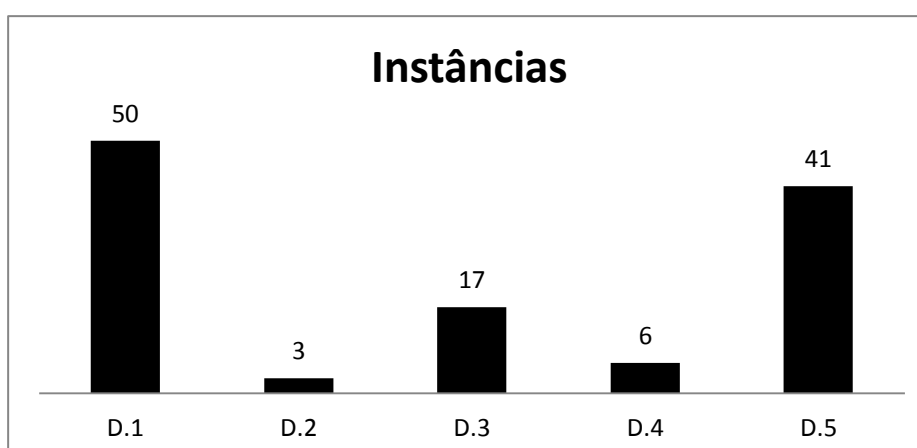


Figura 7. Gráfico relativo à ocorrência das subcategorias da categoria Instâncias

Quando se fala da atuação policial em grandes eventos de cariz político primariamente aparece o organismo Governo com 50 u.r. correspondente a 42,735%. O facto destes eventos alterarem a vida quotidiana das empresas públicas e

privadas, trazem para segundo lugar com 41 u.r. e 35,043% a subcategoria (D.5) intitulada de instituições. As agências noticiosas com 17 u.r. e 14,530% relevam maioritariamente a agência Lusa. As instâncias adstritas ao sistema judiciário, denominadas por “instâncias judiciárias” surgem com o valor de 5,128% correspondente a 6 u.r. estas menções dizem sobretudo respeito aquando o decretar dos serviços mínimos necessários em situações de greve geral. Neste sentido chegamos à instância que é referida menos vezes com apenas 3 u.r. e com 2,564%.

## 2.6 Quanto ao Discurso Indireto

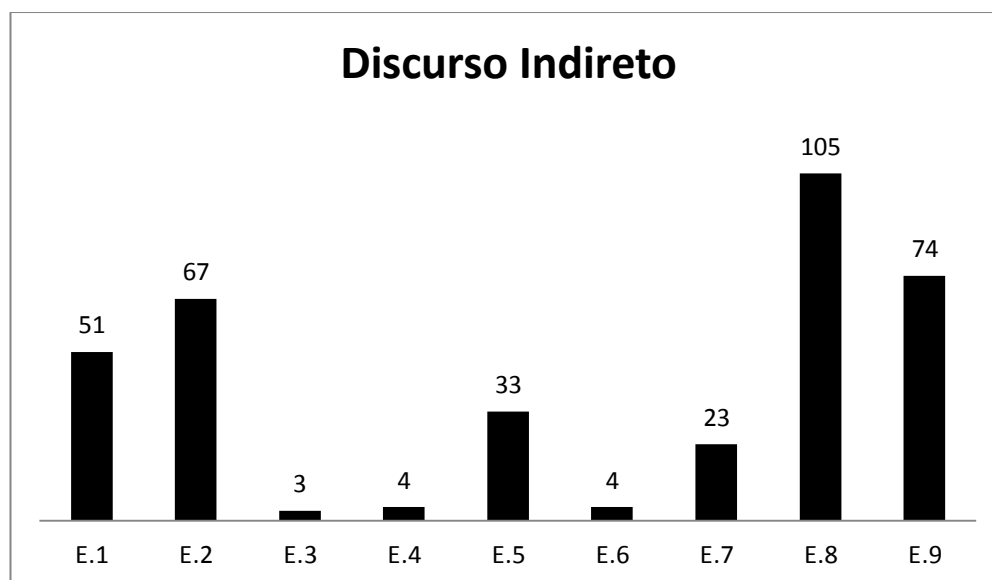


Figura 8. Gráfico relativo à ocorrência das subcategorias da categoria Discurso Indireto

Esta categoria está relativamente interligada com o discurso indireto já que os jornalistas na rádio costumam utilizar o discurso indireto com o objetivo de empregarem uma linguagem coloquial de modo a que seja entendida a mensagem por todos os ouvintes. É sabido que os consumidores dos produtos radiojornalísticos abrangem toda a faixa da sociedade onde se inserem as pessoas com instrução escolar e também os indivíduos analfabetos.

Em relação às declarações efetuadas pelos diversos atores através das palavras dos jornalistas, isto é, através de discurso indireto ressalta aquelas emitidas acerca dos elementos dos sindicatos com 105 u.r. correspondente a 28,846%. Este resultado em consonância com o obtido no discurso direto transportam-nos até ao facto da rádio dar primazia às declarações efetuadas por estes atores. Daí que os possamos considerar como os atores principais nos grandes eventos de cariz político.

Nesse mesmo palco, são procedidos pela subcategoria de título outros (E.9) atinente a 20,330% com 74 u.r., na qual se enquadram as declarações proferidas relativamente a outros indivíduos que não se enquadrem nas restantes subcategorias de E.

Quanto às declarações proferidas sobre a P.S.P. e seus elementos que devido às suas particularidades não se enquadrem na categoria B, resultou um total de 67 u.r. ou seja 18,407%.

Na subcategoria E.1 cabem todas as menções sobre os manifestantes/e ou participantes que não se enquadrem na categoria A, é representada por 51 u.r. (14,011%).

E.5 a subcategoria que concerne aos membros do governo, ocorre com 9,066% , 33 u.r. Seguido pelas u.r. proferidas sobre os organizadores do evento e representantes e/ou membros de movimentos/ plataformas, que concerne a 6,319%(23 u.r.).

Com 4 u.r. e 1,099% surgem *a posteriori* as categorias E.4 e E.6 atinentes respetivamente às declarações emitidas sobre políticos não pertencentes ao Governo e a peritos/ comentadores ou especialistas.

Por último com 0,824%,surge a subcategoria E.3 na qual se insere o registo das declarações proferidas sobre a Guarda Nacional Republicana ou sobre seus elementos. A escassez de u.r. é justificada já que os grandes eventos acontecem na área de jurisdição da P.S.P. no entanto esta subcategoria surge devido a menções a nível do trânsito automóvel nos acessos aos grandes centros urbanos, em dias de tais eventos, assegurado por essa instituição.

## 2.7 Quanto ao Enquadramento/Descrição

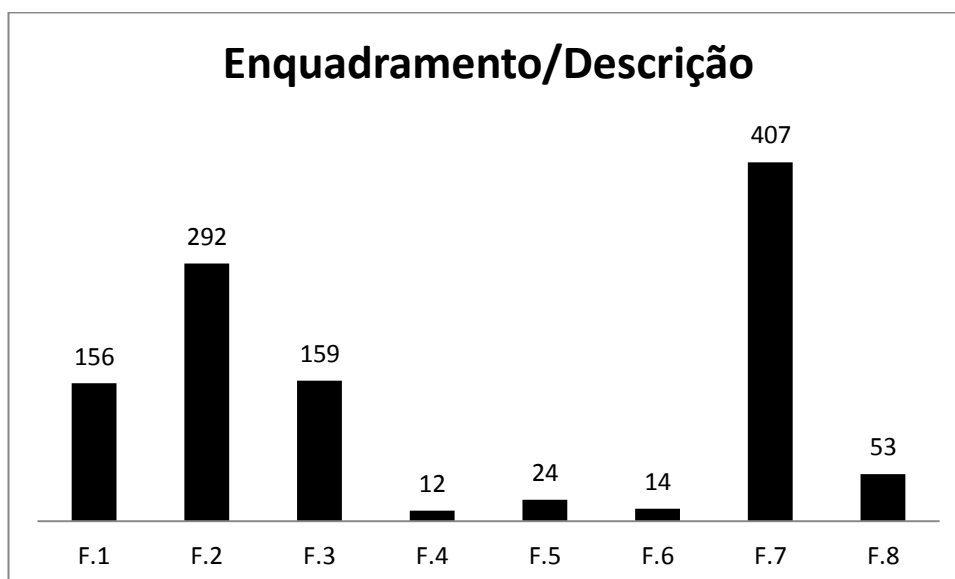


Figura 9. Gráfico relativo às ocorrências das subcategorias da categoria Enquadramento/Descrição

Vamos agora proceder ao escalpelizar da categoria que obteve o maior número de u.r, quando nos referimos ao evento a subcategoria mais relevante é aquela adstrita á caracterização do evento. As caracterizações dos eventos são bastante variadas mas denota-se uma maior utilização dos termos “tenso” e “pacífico”. Esta caracterização passa por vários momentos temporais daí que um evento possa ser caracterizado como um ambiente pacífico e posteriormente adquirindo um ambiente tenso e de conflitualidade. Na subcategoria referente a estas características foram inseridas 407 u.r, isto é 36,437%.

O local onde decorrem os eventos é também constantemente mencionado, com 292 u.r. e cerca de 26,141%. O local mais mencionado è sem dúvida a frente da Assembleia da Republica, no entanto num plano mais abrangente surge também inúmeras vezes a menção á cidade de Lisboa.

O nome do evento aparece em 159 u.r., 14,235%, o nome a que se faz um maior número de menções é sem dúvida greve geral, um dado simples de compreender já que a maioria do *corpus* corresponde a notícias relativas à greve geral de 24 de Novembro do ano transato.

Com um número bastante similar ao anterior surge a subcategoria data/hora que compreende os dados respeitantes ao hiato temporal em que decorre o evento. 156 u.r. foram os dados obtidos equivalentes a cerca de 13,966%.

Seguidamente os dados com mais relevância são relativos ao número de manifestantes ou participantes no eventos, esta subcategoria obteve assim 53 u.r. atinentes a 4,745%.

Os objetivos do evento ou seja todas as declarações atinentes aos fins do evento são enquadradas na subcategoria F.5, e resultam em 24 u.r com 2,149%. Também as justificações ou os motivos que levaram à convocação do evento declaram-se com apenas 14 u.r. ou seja, 1,253%. Os dados relativos a estas duas últimas subcategorias transportam-nos á realidade da rádio, a descrição e síntese são elementos fulcrais neste meio de comunicação, já que não se exploram temáticas relativas ao “background” dos eventos. Facto que alimenta a ideia de Terrien e Arnaud (cit in Lavoine, s.d.) quando afirmam que o jornalista da rádio, não se encontra no lugar mais correto para fazer carreira de escritor.

Em relação à categoria que ocorre com menos frequência (1,074%) e que se refere ao trajeto utilizado pelos manifestantes no evento (F.4), convém que se realce o facto destes grandes eventos decorrerem maioritariamente através de reuniões e concentrações em locais públicos e não através de marchas ou desfiles.

## 2.8 Quanto ao Sistema Explicativo Espontâneo

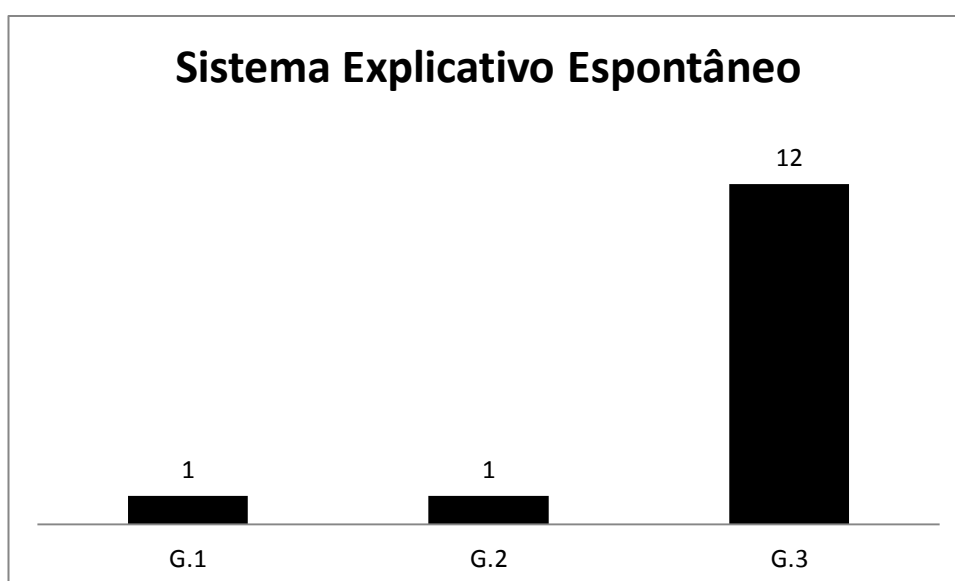


Figura 10. Gráfico relativo às ocorrências das subcategorias da categoria Sistema Explicativo Espontâneo

Quando se efetuam referências, de uma forma subjetiva, que digam respeito a atribuições e causalidades implícitas para descrever as diversas ocorrências em grandes eventos, geradas pelos jornalistas ou reformuladas a partir das fontes, aí estamos perante o sistema explicativo espontâneo. Através deste modo pretendemos

aceder ao que é referido subjetivamente para justificar atores e atos que acabam por corresponder a categorias e subcategorias já abordadas.

A subcategoria com maior relevância é a relativa ao enquadramento/descrição do evento com 12 u.r., 86,714%. Seguida da subcategoria atuação policial e Manifestantes, ambas com apenas 1 u.r. equivalente a 7,143%.

## IV. Conclusão

Com o nosso estudo, o qual recai sobre a investigação da análise de conteúdo de notícias, nas quais se referencia a atuação policial em grandes eventos de cariz político, propusemo-nos descortinar qual o papel da Polícia e a sua atuação nesses eventos, bem como ficar com uma noção sobre qual a opinião tida pelo corpo social e qual o tratamento que este organismo dá à Polícia e à sua conduta, aquando das intervenções nos grandes eventos.

Durante o nosso apuramento, ficou patente o facto da atuação policial, num universo de 2405 notícias, apenas se revelar numa amostra de 44 notícias, o que, em termos percentuais, equivale a cerca de 1,83%.

Após esta concretização de resultados, surge na análise e discussão de resultados do trabalho, a perceção relativamente ao pouco destaque que é dado à atuação policial, a qual deveria ter um papel mais relevante, já que o *corpus* é definido em função da intervenção policial. Consideramos que as superfícies que falam da Polícia, e que definem o seu contexto, abordam-na com uma certa ligeireza e, até, algum distanciamento. De referir que é notório o ênfase dado pelos órgãos de comunicação social ao enquadramento do evento em si e subestimando, de certa forma, o empenho da Polícia de Segurança Pública em prol da prossecução dos direitos individuais, da vida em sociedade, da paz pública e da legalidade democrática.

Consideramos ser todo relevante enunciar que os atores principais dos grandes eventos se evidenciam como sendo os membros pertencentes aos sindicatos e mesmo outros atores que também se juntam pela causa. Perante os mesmos, não sendo poucas as vezes, a Polícia de Segurança Pública, aquando da sua atuação, e regendo-se por códigos normativos restringe, de certa forma, os seus direitos, somente em caso de desordem pública e o estritamente necessário para a reposição da ordem pública e o estabelecimento da paz social. Consideramos que este destaque dado aos atores acima referidos em detrimento da Polícia e da sua operacionalidade é preocupante, tendo em mente a construção social do conhecimento que se baseia no consenso social.

Esta situação conduz a que a maior parte das referências à atuação policial emitidas pela rádio se limitem ao emprego da força policial e outras ocorrências análogas, as quais transmitem para o público uma imagem negativa quanto à intervenção deste órgão do Estado. Muitas vezes, assistimos a um empolamento das atuações policiais e que, percecionadas pelos *media* as transmitem à opinião pública de uma forma tendenciosa no sentido de demonstrar que a Polícia ainda se rege pelo

fantasma do totalitarismo, numa clara falta de respeito pelos direitos, liberdades e garantias, o que não corresponde à verdade.

Ao longo do nosso estudo constatámos um facto que consideramos pertinente que é o constrangimento que os jornalistas sentem (quer admitam ou não), pelas políticas da organização onde se encontram inseridos que, por sua vez, estão inseridas na realidade de um sistema económico no qual têm de trabalhar em prol da sua sobrevivência económica descurando muitas vezes a transmissão total da realidade (Breed, 1955).

É certo que a onnipotência dos meios de comunicação de massas, resultante da capacidade de produzir comportamentos previsíveis nas pessoas, isto é, da vulnerabilidade das pessoas perante as notícias emitidas pelos OCS, resultando na sua manipulação, é hoje uma teoria obsoleta. No entanto, é do conhecimento geral que os *media* têm a capacidade de influenciar o público. Essa influência é baseada na ótica de Cohen (1963) quando afirma que os *media* podem não conseguir dizer às pessoas como pensar, mas têm, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer ao público sobre o que pensar.

Deste modo, as notícias emitidas atinentes à atuação policial, vão de uma forma muito subliminar salientar temas sobre os quais o público deverá refletir. Mas este fator não nos indica que os jornalistas sejam os criadores destas agendas. Indicamos, apenas, que serão um dos definidores, no entanto este estudo não nos permite concluir qual o verdadeiro definidor da agenda mediática. Permite, sim, constatar apenas sobre o papel do jornalista, que para nós é bastante diferente daquele papel definido pelos próprios e através da teoria do espelho.

Os dados obtidos permitem-nos afirmar que a notícia não é o resultado da realidade percebida pelo jornalista e está dependente de vários fatores, sendo um produto bastante complexo, podendo ser definida como um resultado de variados constrangimentos.

Tendo em conta a revisão bibliográfica e os resultados obtidos, verificamos que a discussão sobre a prepotência dos meios de comunicação social é um tema que permanece inscrito no leque de preocupações da sociedade. Matéria sensível sobre a qual se mantém um olhar atento do ponto de vista sociológico.

Convém referir que os resultados deste estudo devem ser observados com a devida ponderação, pois apenas se tratou de um estudo exploratório baseado num conjunto restrito de notícias correspondentes ao hiato temporal do ano civil transato. Contudo, esta limitação não significa que os resultados auferidos não possam e devam ser tomados em consideração para futuras leituras do fenómeno e futuras pesquisas a desenvolver, permitindo inclusivamente a realização de investigações

comparativas, inclusive entre o discurso produzido nas diversas emissoras rádio, sendo possível a sua réplica (Pais,2004).

# Referências

## Livros

Balsebre, A. (1994). *La credibilidad de la radio informativa*. Barcelona: Feed-Back Ediciones.

Bardin, L. (2002). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70

Breton, P., & Proulx, S. (1997). *A explosão da comunicação*. Lisboa: Editorial Bizâncio.

Caetano, M. (1980). *Manual de direito administrativo* (9ª ed.), 2. Coimbra: Almedina.

Canotilho, J., & Moreira, V. (1993). *Constituição da república portuguesa anotada* (3ª ed. rev.). Coimbra: Coimbra Editora

Cathelat, B. (1979). *Trente modèles pour communiqué*. Paris

Champagne, P. (1990). *Faire l'opinion*. Paris: Minuit.

Cristo, D. (2005). *A rádio em Portugal e o declínio do regime de salazar e caetano (1958-1974)*. Coimbra: Minerva.

D' Oliveira, T. (2005). *Teses e dissertações: Recomendações para elaboração e estruturação de trabalhos científicos* (2ª ed.). Lisboa: Edições RH.

Denzin, N., & Lincoln, Y. (1994). Entering the field of qualitative research. In N. Denzin & Y. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 361-376). Thousand Oaks, CA: Sage.

Fernandes, L. (1997). Etnografia urbana das drogas e do crime. In C. Agra (Ed.), *Droga-crime: Estudos interdisciplinares, 10*. Lisboa: Gabinete de Planeamento e de Coordenação de Combate à Droga.

Festinger, L. (1957). *A theory of cognitive dissonance*. California: Stanford University Press.

Fontcuberta, M. (1999). *A Notícia: Pistas para compreender o mundo*. Lisboa: Editorial Notícias.

Ganz, P. (1995). *A reportagem em rádio e televisão*. Mem Martins: Editorial Inquérito.

Ghiglione, R., & Matalon, B. (1992). *O inquérito: Teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.

Guinote, H. (2005). In G. M. Silva, & M. M. G. Valente (Eds.), *Volume comemorativo – 20 anos: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna*. Coimbra: Edições Almedina

Jespers, J. (1988). *Jornalismo televisivo*. Coimbra: Minerva Editora.

Katz E., & Lazarsfeld, P. (1955). *Personal influence: The part played by people in the flow of mass communications*. New York: Free Press.

Klapper, J. (1960). *The effect of mass communication*. New York: Free Press.

Krippendorff, K. (1980). *Content analysis: an introduction to its methodology*. Newbury Park, CA: Sage

Lavoigne, Y. (s.d.). *A Rádio*. Lisboa: Vega.

Lippmann, W. (2008). *Opinião Pública*. Lisboa: Editora Vozes.

Machlup, F. (1962). *The production and the distribution of the knowledge in the United States*. NJ: Princeton University Press.

Mannucci, C. (1967). *La società di massa: Analisi di moderne teorie socio-politiche*. Milano: Edizioni di Comunità.

Mcleish, R. (2001). *Produção de rádio: Um guia abrangente da produção radiofónica*. São Paulo: Summus.

Mcluhan, M. (1969). *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix.

Meditsch, E., & Zuculoto, V. (2008). *Teorias do Rádio: Textos e contextos, 2*. Florianópolis: Editora Insular.

Meneses, J. (2003). *Tudo o que se passa na TSF ... para um livro de estilo*. Porto: Editora Jornal de Notícias.

Morin, E. (1977). *Cultura de massas no século XX: O espírito do tempo – neurose, 1*. Brasil: Forense Universitária.

Nietzsche, F. (2002). *Crepúsculo dos ídolos*. Lisboa: Edições 70.

Oliveira, J. (2000). *A manutenção da ordem pública em Portugal*. Lisboa: Edição do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Oliveira, J. (2006). *As políticas de segurança e os modelos de policiamento: A emergência do policiamento de proximidade*. Coimbra: Edições Almedina.

Ortega Y Gasset, J. (1961). *La révolte des masses*. Paris: Gallimard.

Overy, R. (2005). *Os ditadores*. Lisboa: Bertrand Editora.

Papa, J.P. II. (1993). *Catecismo da igreja católica*. Coimbra: Edição Gráfica Coimbra.

Poirier, J., Clapier-Valladon, S., Raybaut, P. (1995). *Histórias de Vida. Teoria e Prática*. Oeiras: Celta

Pereira, F. M. (1903). *Os lusíadas*: Lisboa.

Raposo, J. (2006). *Direito policial I*. Coimbra: Edições Almedina.

Rodrigues, A. (1988). *O Campo dos media: Discursividade, narratividade, máquinas*. Lisboa: Vega.

- Rodrigues, A. (s.d.). *A comunicação social*. Lisboa: Publicações Conhecer.
- Rodrigues, A. (1995). A linguagem da rádio. In Sociedade portuguesa de autores. *Colóquios sobre rádio* (pp. 53-56). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Rodrigues, A. (1999). *As técnicas da comunicação e informação* (2ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- Salazar, A. (1991). *Como se levanta um Estado* (2ª ed.) Lisboa: Edições Mobilis in Mobili.
- Sampaio W. (1971). *Jornalismo audiovisual: Teoria e prática do jornalismo no rádio, TV e cinema*. Lisboa: Editora Vozes.
- Sarraute, C. (1976). "Welles e Wells". In Y. Lavoine. *A Rádio*.(38-40) Lisboa: Vega.
- Siebert, F.(1956). *Four theories of the press*. Illinois: University of Illinois Press.
- Silva, E. (2003). Regras gerais sobre polícia: O artigo 272º da constituição república. In Inspeção-geral da administração interna, conferências da IGAI, p.44. Lisboa.
- Smith, A. (1980). *Goodbye Gutenberg: The Newspaper Revolution of the 1980s*. New York: Oxford University Press.
- Sousa, J. (1999). *As notícias e os seus efeitos: As teorias do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Sousa, J. (2003). *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Traquina, N. (1999). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"* ( 2ª ed.). Lisboa: Vega.

Traquina, N. (2000). *O poder do jornalismo: Análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Edições Minerva.

Traquina, N. (2002). *O que é jornalismo*. Lisboa: Quimera.

Vala, J. (1986). A análise de conteúdo. In A. S. Silva & J. M. Pinto (Ed.), *Metodologia das ciências sociais* (pp. 101-127). Porto: Edições Afrontamento.

Valente, M. (2009). *Teoria geral do direito policial* (2ª ed.). Coimbra: Almedina.

Waddington, D. (2007). *Policing public disorder: Theory and practice*. Cullompton: Willan Publishing.

Weber, R. P. (1990). *Basic content analysis* (2<sup>nd</sup> ed.). Newbury Park, CA: Sage.

Wolf, M. (1987). *Teorias da comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.

## **Teses, dissertações ou trabalhos de projeto**

Bessa, M. (2004). *O aspeto vocal no rádio jornalismo*. Tese de licenciatura, não publicada. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Nova de Lisboa.

Castro, C. S. (1999). *A questão dos polícias municipais*. Dissertação de mestrado, não publicada. Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Clemente, P. (1998). *Da polícia de ordem pública*. Dissertação de mestrado, não publicada. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

Clemente, P. (2000). *A polícia em Portugal: Da dimensão política contemporânea da segurança pública*. Tese de doutoramento, não publicada. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.

Cordeiro, P. (2003). A rádio em Portugal: Um pouco de história e perspectivas de evolução. Dissertação de mestrado, não publicada. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Mealha, T. (2009). *“Exclusão ou reintegração?”: Um estudo qualitativo sobre a reintegração social de reclusos*. Tese de mestrado, não publicada. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Pais, L. G. (2004). *Uma história das ligações entre a psicologia e o direito em Portugal: perícias psiquiátricas médico-legais e perícias sobre a personalidade como analisadores*. Tese de doutoramento, não publicada. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

## **Artigos científicos**

Breed, W. (1955). Social control in the news room: A functional analysis. *Social Forces*, 33, 326-335

McCombs, M. (1981). Setting the agenda for agenda-setting research. An assessment of the priority ideas and problems. In Wilhoit G. (Ed.), *Mass communication review yearbook*, 2 (pp.209-211). Beverly Hills: Sage.

McCombs, M. & Shaw, D. (1972) The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, 36, 176-187.

Sousa, A. (2003). Polícia administrativa: Autoridades, órgãos e competências. *Polis: Revista de Estudos Jurídico-Políticos*, 9 (12), 74-75.

White, D. (1950). The gatekeeper, A case study in the selection of news. *Journalism Quarterly*, 27 (4), 383-390.

## **Sítios da internet**

EU-SEC, (2007). *Coordinating National Research Programmes on Security during Major Events in Europe*. Consultado em 20-11-2011, disponível em [http://www.osservatoriosport.interno.it/eu\\_sec/manual\\_english.pdf](http://www.osservatoriosport.interno.it/eu_sec/manual_english.pdf).

<http://www.cbcorporation.com/ourcompany.php?id=11> consultado em 23-10-2011

<http://www.nbcuni.com/corporate/about-us/> consultado em 14-10-2011

[http://www.portugal.gov.pt/media/564302/rasi\\_2010.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/564302/rasi_2010.pdf) consultado em 01-4-2012

Maciel, M. (2004). A ética da diferença: Distribuição de bens e oportunidades na produção de conhecimento científico. *VI Encontro Lusófono de Ciências da Comunicação*. Covilhã. Consultado em 11-01-2012, disponível em <http://www.betaniamaciel.com/textos/2004lusocom.pdf>.

Meditsch, E. (1997). *A nova era da rádio: O discurso do radiojornalismo enquanto produto intelectual eletrónico*. Consultado em 16-12-2011, disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-discurso-radiojornalismo.pdf>.

Meditsch, E. (2008). *O pecado original da mídia: O roteiro de “a guerra dos mundos”*. Consultado em 18-12-2011, disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-guerra-dos-mundos.pdf>.

Mello, I. (2007). *A defesa de uma nova objetividade jornalística: a intersubjetividade*. Consultado em 18-11-2011, disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/melo-isabelle-intersubjetividade.pdf>

<http://www.psp.pt/Documentos%20Varios/Dossier%20Papa.pdf> consultado em 18-11-2011

<http://www.psp.pt/Documentos%20Noticias/2010-11-16%20Dossier%20NATO.pdf> consultado em 04-11-2011

<http://101science.com/tranbasic.htm>

# **Anexos**

## Anexo 1 – Pedido de autorização para o acesso à base Cision



MINISTERIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
**POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E  
SEGURANÇA INTERNA  
SECRETARIA ESCOLAR

Exmo. Senhor  
Diretor Nacional Adjunto para a Unidade  
Orgânica de Recursos Humanos  
(Departamento de Formação)

S/Referência	S/Comunicação	N/Referência	Data
		47/SECDE/2012	2012-01-25
		<b>Processo:</b>	
		<b>Classificador:</b> 080.10.02	

**Assunto:** PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no ano de estágio, compreende a elaboração de um estudo que deverá obrigatoriamente incidir sobre um tema das áreas científicas de Ciências Policiais, Ciências Jurídicas, Ciências Sociais e Humanas e/ou Ciências de Desenvolvimento e Adaptação Motora. Aos alunos finalistas, o Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna confere a possibilidade de escolherem livremente o assunto a abordar.

Um dos alunos do 5.º ano do CMICP, Hugo Alexandre Pina de Figueiredo, no âmbito do trabalho de dissertação a realizar, subordinado ao tema "A perceção da comunicação social acerca da atividade policial em grandes eventos de cariz político: Os meios radiofónicos", do qual é Orientadora a Professora Doutora Lúcia Pais, vem solicitar a V. Exa. que requeira, ao Departamento de Relações Públicas da PSP, autorização para a consulta da base CISION. A necessidade da consulta prende-se com o facto da mesma conter todas as notícias relativas à atuação policial, independentemente do serviço que foi efetuado.

O Diretor

José Ferreira de Oliveira  
Superintendente

## Anexo 2 – Grelha Categorial

<b>Categorias</b>		<b>Subcategorias</b>
<b>A</b>	Manifestantes	<b>A.1</b> Razões intrínsecas <b>A.2</b> Razões extrínsecas <b>A.3</b> Caracterização
<b>B</b>	PSP	<b>B.1</b> Nº de elementos policiais <b>B.2</b> Subunidade/origem <b>B.3</b> Dispositivo <b>B.4</b> Motivos da actuação <b>B.5</b> Descrição da actuação <b>B.6</b> Resultados/Consequências da actuação policial
<b>C</b>	Discurso Directo	<b>C.1</b> Manifestante <b>C.2</b> Fonte Policial <b>C.3</b> Político <b>C.4</b> Membros do Governo <b>C.5</b> Perito/comentador/especialista <b>C.6</b> Organizador do evento/Representante de movimento/plataforma <b>C.7</b> Sindicatos <b>C.8</b> Palavras de ordem <b>C.9</b> Outros
<b>D</b>	Instâncias	<b>D.1</b> Governo <b>D.2</b> Assembleia da República <b>D.3</b> Agências Noticiosas <b>D.4</b> Instâncias Judiciárias <b>D.5</b> Instituições
<b>E</b>	Discurso Indirecto	<b>E.1</b> Manifestante <b>E.2</b> Fonte Policial <b>E.3</b> GNR <b>E.4</b> Político <b>E.5</b> Membros do Governo <b>E.6</b> Perito/comentador/especialista <b>E.7</b> Organizador do evento/Representante de movimento/plataforma <b>E.8</b> Sindicatos <b>E.9</b> Outros
<b>F</b>	Enquadramento/ Descrição	<b>F.1</b> Data/Hora <b>F.2</b> Local <b>F.3</b> Nome do evento <b>F.4</b> Percurso <b>F.5</b> Objectivos <b>F.6</b> Justificação/Motivos <b>F.7</b> Caracterização <b>F.8</b> Nº Manifestantes
<b>G</b>	Sistema Explicativo Espontâneo	<b>G.1</b> Actuação policial <b>G.2</b> Manifestantes <b>G.3</b> Enquadramento/Descrição do Evento



**A – Categoria “Manifestantes”** - Inclui-se nesta categoria toda a informação acerca das características dos manifestantes presentes nos eventos bem como acerca dos circunstancialismos que os levaram à participação.

**A.1 – Subcategoria “Razões intrínsecas”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito aos motivos pessoais ou relativos à sua família apresentados como justificativos para a participação nos eventos.

E.g. (38750417)<sup>28</sup>: “pelo futuro dos meus filhos”.

**A.2 – Subcategoria “Razões extrínsecas”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes aos motivos de ordem social, política e/ou ideológica apresentados como justificativos para a participação nos eventos.

E.g. (38026738): “contra o capitalismo selvagem”.

**A.3 – Subcategoria “Caracterização”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que caracterizem os manifestantes e a sua participação no evento.

E.g. (38028155): “Estamos revoltados e indignados”.

**B – Categoria “PSP”** - Codifica-se nesta categoria toda a informação relacionada com a Polícia, proferidas por qualquer um dos atores. Pretende-se aceder ao modo como é caracterizada a Polícia pelos OCS, no contexto da sua atuação em grandes eventos.

**B.1 – Subcategoria “N.º de elementos”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas à informação relacionada com o número de elementos policiais envolvidos no policiamento do evento.

E.g. (38037951): “são poucos, uma dúzia de agentes da P.S.P.”.

**B.2 – Subcategoria “Subunidade/origem”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes à informação relacionada com a subunidade a que pertencem os elementos policiais envolvidos no policiamento do evento.

E.g. (38740477): “onde houve a intervenção do Corpo de Intervenção da P.S.P.”.

**B.3 – Subcategoria “Dispositivo”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes à informação relacionada com o dispositivo utilizado pelos elementos policiais, entenda-se, como se encontram enquadrados no terreno.

E.g. (38740977): “bem longe do cordão policial”.

**B.4 – Subcategoria “Motivos da atuação”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que fundamentam ou justificam a atuação policial.

E.g. (38028104): “foram atirados ovos, tinta, garrafas de cerveja”.

---

<sup>28</sup> Entre parenteses encontra-se o número de identificação na base CISION da notícia da qual se retirou o exemplo.

**B.5** – Subcategoria “**Descrição da atuação**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que descrevam e caracterizem a atuação policial.

E.g. (38741968): “a polícia retirou-os um a um, alguns ao colo outros saíram pelo próprio pé, sem o uso excessivo da força”.

**B.6** – Subcategoria “**Resultados/Consequências da atuação**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito à informação relacionada com os resultados ou consequências da atuação policial (detenções, feridos, etc).

E.g. (38764066): “levaram à detenção de sete pessoas”.

**C** – Categoria “**Discurso Direto**” – Codificam-se nesta categoria todas as declarações proferidas por quaisquer atores em discurso direto. Pretende-se aceder a quem é que o OCS dá voz, quem fala.

**C.1** – Subcategoria “**Manifestante**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às declarações proferidas por manifestantes e/ou participantes no evento.

E.g. (38741512): “continuamos a fazer o nosso papel”.

**C.2** – Subcategoria “**Fonte policial**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas por qualquer membro da instituição PSP.

E.g. (38751275): “não temos, pelo menos não nos chegou ao conhecimento alguma situação anormal que diga respeito a questões associadas”.

**C.3** – Subcategoria “**Político**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. referentes às declarações proferidas por políticos, exceto membros do Governo.

E.g. (38767613): “Compreendemos a frustração de muitos portugueses com a situação a que chegamos”.

**C.4** – Subcategoria “**Membros do Governo**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas às declarações proferidas exclusivamente por membros do Governo.

E.g. (38763423): “Não há alternativa ao caminho que nós estamos a seguir”.

**C.5** – Subcategoria “**Perito/comentador/especialista**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às declarações proferidas por peritos, comentadores, especialistas.

**C.6** – Subcategoria “**Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. concernentes às declarações proferidas pelos organizadores do evento e representantes de movimentos/plataformas.

E.g. (38038936): “Por exemplo de desobediência civil ativa e pacífica, como por exemplo deixar de pagar transportes, deixar de pagar portagens e tantas outras coisas, não nos faltará imaginação para isso”.

**C.7** – Subcategoria “**Sindicatos**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às declarações proferidas por elementos dos sindicatos.

E.g. (38751275): “Vamos dar grande atenção a algumas violações que foram cometidas”.

**C.8** – Subcategoria “**Palavras de ordem**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas às palavras de ordem proferidas pelos manifestantes.

E.g. (38028155): “Trabalho precário, é roubo no salário”.

**C.9** – Subcategoria “**Outros**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas por outras pessoas que não se enquadrem em qualquer outra das anteriores subcategorias.

E.g. (38750417): “Isto é sol a sol não há patrões cada um trabalha para si na pequena agricultura, de maneira que não há motivos para a greve”.

**D** – Categoria “**Instâncias**” – Inclui-se nesta categoria todas as menções a instâncias diversas, e não aos seus membros, por qualquer ator. Pretende-se perceber quais as instâncias que entram em cena quando se fala da atuação policial em grandes eventos, quais os mais e menos referenciados.

**D.1** – Subcategoria “**Governo**” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. onde seja referido o Governo e/ou Governos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

E.g. (38750417): “Quanto ao Governo, está reunido como habitualmente acontece às quintas-feiras em Conselho de Ministros”.

**D.2** – Subcategoria “**Assembleia da República**” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. onde seja referida a Assembleia da República.

E.g. (38764066) “na Assembleia da República”

**D.3** – Subcategoria “**Agências Noticiosas**” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. onde sejam mencionadas agências noticiosas, como por exemplo a agência LUSA.

E.g. (38743264): “fonte da Lusa”.

**D.4** – Subcategoria “**Instâncias Judiciárias**” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. às instituições adstritas ao sistema judiciário.

E.g. (38741721): “segundo a decisão do tribunal arbitral para esta greve deveriam ter circulado 81 comboios de serviços mínimos”.

**D.5** – Subcategoria “**Instituições**” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. acerca das Instituições Públicas ou Privadas, e demais entidades que não se enquadrem nas subcategorias anteriores.

E.g. (38750417): “a C.P.”.

**E** – Categoria “**Discurso Indireto**” - Codificam-se nesta categoria todas as declarações proferidas por quaisquer atores em discurso indireto, ou seja, todas as declarações efetuadas pelos diversos atores através das palavras dos OCS.

**E.1** – Subcategoria “**Manifestante**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as menções sobre os manifestantes e/ou participantes no evento.

E.g. (39033958): “ manifestantes acusando agentes à paisana da PSP a incitarem aos confrontos e depois fazerem detenções”.

**E.2** – Subcategoria “**Fonte Policial**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre a PSP ou sobre os seus elementos policiais, que não se enquadrem na categoria B.

E.g. (38764964): “balanço feito na altura por Paulo Flor porta-voz da P.S.P.”.

**E.3** - Subcategoria “**GNR**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre a GNR ou sobre os seus elementos policiais.

E.g. (38741968): “como relatou à pouco à Renascença o Major Cupeto da G.N.R.”.

**E.4** – Subcategoria “**Político**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. referentes às declarações emitidas sobre políticos, exceto Membros do Governo.

E.g. (38753120): “O secretário-geral do PCP também já veio dizer”.

**E.5** – Subcategoria “**Membros do Governo**” – Incluem-se nesta subcategoria exclusivamente, as referências sobre Membros do Governo.

E.g. (38767613): “Já o ministro da presidência Miguel Relvas, diz que não se pode alterar o caminho assumido”.

**E.6** – Subcategoria “**Perito/comentador/especialista**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às referências feitas sobre peritos, comentadores, especialistas.

E.g. (38028104): “Boaventura Sousa Santos sublinha a importância”.

**E.7** – Subcategoria “**Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. concernentes às declarações proferidas sobre os organizadores do evento e representantes e/ou membros de movimentos/plataformas.

E.g. (38038840): “os organizadores disseram-nos que podem começar já amanhã mas não justificaram quais”.

**E.8 – Subcategoria “Sindicatos”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às afirmações emitidas acerca de elementos dos sindicatos.

E.g. (38765455): “Carvalho da Silva líder da CGTP rejeitou qualquer envolvimento dos manifestantes da CGTP”.

**E.9 – Subcategoria “Outros”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre outras pessoas que não se enquadrem em qualquer outra das anteriores subcategorias.

E.g. (38750417): “Mary salienta que também no Reino Unido há grandes preocupações com o futuro”.

**F – Categoria “Enquadramento/Descrição”** - Incluem-se nesta categoria todas as u.r. que digam respeito à descrição ou à caracterização do evento proferidas por qualquer um dos atores. Pretende-se aceder ao modo como são caracterizados os eventos.

**F.1 – Subcategoria “Data/hora”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito ao hiato temporal em que decorre o evento.

E.g. (38766112): “durante o dia de hoje”.

**F.2 – Subcategoria “Local”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes ao espaço físico em que se realiza o evento.

E.g. (38026738): “em frente à Assembleia da República”.

**F.3 – Subcategoria “Nome do evento”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às designações associadas ao evento.

E.g. (38741129): “Greve Geral”.

**F.4 – Subcategoria “Percurso”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que informam sobre o trajeto utilizado pelos manifestantes durante o evento.

E.g. (38764964): “no percurso entre o Rossio e S. Bento”.

**F.5 – Subcategoria “Objetivos”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes aos fins do evento, ou seja, o que se pretende atingir com a sua realização.

E.g. (38763423): “que o protesto leve a uma mudança de atitude”.

**F.6 – Subcategoria “Justificação/Motivos”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que expressem os motivos que levaram à convocação do evento.

E.g. (38743264): “esta já não é só uma luta pela defesa dos direitos, é uma luta pelo futuro do país”.

**F.7 – Subcategoria “Caracterização”** - Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que caracterizem, descrevam o evento.

E.g. (38765923): “è só mais um dos múltiplos incidentes a registar”.

**F.8 – Subcategoria “N.º de manifestantes”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que informam sobre o número de participantes/manifestantes no evento.

E.g. (38764964): “Milhares de pessoas participaram”.

**G – Categoria “Sistema Explicativo Espontâneo”** - São contabilizadas nesta categoria todas as u.r. onde são realizadas referências, de forma subjetiva, que digam respeito a atribuições e causalidades implícitas para descrever as diversas ocorrências em grandes eventos, geradas pelos OCS ou reformuladas a partir das fontes. Pretendemos aceder ao que é referido subjetivamente para justificar atores e atos que acabam por corresponder a categorias e subcategorias já abordadas.

**G.1 – Subcategoria “Atuação policial”**

E.g. (38028104): “a polícia interveio e fala-se de um ataque de epilepsia”.

**G.2 – Subcategoria “Manifestantes”**

E.g. (38741968): “gritos de revolta, digamos que normais numa situação de greve”.

**G.3 – Subcategoria “Enquadramento/Descrição do Evento”**

E.g. (38741968): “De resto, há na porta um aviso assinado pela presidente do Conselho Executivo que diz que devido á greve geral não há as mínimas condições para que as atividades letivas diurnas se realizem, nos cursos profissionais noturnos supomos haver aulas se houver professores”.